

**55**

BOLETIM TRIMESTRAL  
informação reportada ao  
segundo trimestre de 2022

# CENTRO

DE PORTUGAL



ccdrc

comissão de coordenação e  
desenvolvimento regional do centro

# 55

**BOLETIM  
TRIMESTRAL**

Informação reportada ao  
segundo trimestre de 2022

**Editor**

Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do  
Centro

**Responsável Técnico**

Direção de Serviços de  
Desenvolvimento Regional

**Data de Edição**

Setembro de 2022  
ISSN 2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt  
[www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)

Alguma da informação conjuntural  
encontra-se também em  
<http://datacentro.ccdrc.pt>

**DATACENTRO**  
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

**CENTRO**  
DE PORTUGAL

# ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 11 Desemprego Registrado
- 13 Empresas
- 15 Comércio Internacional de Bens
- 18 Turismo
- 20 Construção e Habitação
- 23 Preços e Consumo Privado
- 25 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No segundo trimestre de 2022, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 7,1%, justificado pelo contributo positivo da procura interna e da procura externa líquida. Esta variação continua, no entanto, a ser influenciada por um efeito de base, dado que a comparação homóloga incide nos meses em que vigoraram várias medidas relacionadas com a pandemia por COVID-19. A taxa de desemprego nacional desceu para os 5,7%. O nível de preços aumentou 8,0% face ao trimestre homólogo, sendo o crescimento mais elevado desde o primeiro trimestre de 1993. A confiança dos consumidores tornou-se ainda mais negativa, mas o indicador de clima económico manteve-se positivo. O euro sofreu a maior desvalorização homóloga trimestral face ao dólar desde o quarto trimestre de 2015.

Relativamente à Região Centro, neste trimestre, no mercado de trabalho, continuou a verificar-se uma redução do desemprego e um aumento do emprego. Também a taxa de atividade e a população ativa cresceram, face a igual período do ano anterior. Em contraste, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da região permaneceu em queda em termos homólogos reais, resultante, em grande medida, do forte crescimento do nível geral dos preços.

No setor empresarial assistiu-se, na Região Centro, a uma diminuição das empresas constituídas e das ações de insolvência face a igual período do ano anterior. Também os empréstimos concedidos às empresas continuaram a decrescer em termos homólogos reais, o que pode, em parte, ser justificado pelo elevado aumento do nível geral dos preços. O peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda face ao trimestre homólogo. O setor da construção apresentou sinais de contração a avaliar pelas diminuições homólogas em quase todos os indicadores dos edifícios licenciados e das obras concluídas. Os empréstimos à habitação vencidos continuaram a registar quebras significativas e o seu peso no total dos concedidos manteve-se o mais reduzido dos últimos 13 anos. A avaliação bancária da habitação na região continuou a observar o valor mais elevado em 11 anos.

A atividade turística continuou a crescer na região e no país, o que já sucede há mais de um ano, evidenciando uma recuperação cada vez mais sustentável deste setor profundamente afetado pelos efeitos da pandemia por COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico voltaram a observar aumentos homólogos significativos. A estada média também aumentou na região e no país face a igual período do ano anterior.

O comércio internacional de bens evoluiu favoravelmente na região e no país, decorrente do crescimento das saídas ter superado o das entradas. Em termos regionais, o mercado intracomunitário contribuiu para o aumento das saídas e o mercado extracomunitário justificou o acréscimo das entradas.

O Índice de Preços no Consumidor aumentou muito expressivamente na Região Centro, atingindo o crescimento mais elevado dos últimos 14 anos. A maioria dos indicadores representativos do consumo privado continuou, contudo, a observar variações positivas, embora denotando já alguma influência da forte inflação.

No PORTUGAL 2020, a 30 de junho de 2022, estavam aprovados 8,3 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 12,6 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 551,2 milhões de euros traduziram-se em medidas de resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 na região. O CENTRO 2020 era o programa operacional com mais relevância, sendo responsável por 30,4% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando metade dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada (73,9%).

## ENQUADRAMENTO NACIONAL

**7,1%**

foi a variação  
homóloga real do PIB

**8,0%**

foi a taxa de inflação  
homóloga, a mais  
elevada desde o  
primeiro trimestre de  
1993

No segundo trimestre de 2022, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 7,1%, justificado pelo contributo positivo da procura interna e da procura externa líquida. Esta variação continua, no entanto, a ser influenciada por um efeito de base, dado que a comparação homóloga incide nos meses em que vigoraram várias medidas relacionadas com a pandemia por COVID-19. A taxa de desemprego nacional desceu para os 5,7%. O nível de preços aumentou 8,0% face ao trimestre homólogo, sendo o crescimento mais elevado desde o primeiro trimestre de 1993. A confiança dos consumidores tornou-se ainda mais negativa, mas o indicador de clima económico manteve-se positivo. O euro sofreu a maior desvalorização homóloga trimestral face ao dólar desde o quarto trimestre de 2015.

No segundo trimestre de 2022, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação homóloga<sup>1</sup> de 7,1% (11,8% no trimestre anterior e 16,5% no segundo trimestre de 2021). Esta evolução real do PIB foi determinada pelo contributo positivo da procura interna (3,7 pontos percentuais) e da procura externa líquida (3,5 pontos percentuais). No entanto, esta variação continua a refletir um efeito de base, pois a comparação homóloga incide nos meses em que a atividade económica foi afetada pela pandemia por COVID-19 (por um lado, no primeiro trimestre de 2021 estiveram em vigor medidas de combate à pandemia que condicionaram fortemente a atividade económica e a conduziram para resultados anormalmente baixos e, por outro lado, o segundo trimestre de 2021 refletiu a reabertura gradual da economia com resultados impulsionados pelo desconfinamento e pela retoma das atividades económicas).

Assim, a procura interna aumentou 3,5% em termos homólogos reais, após um crescimento de 9,7% no trimestre precedente, refletindo o efeito de base já referido. Esta variação homóloga resultou da desaceleração do consumo das famílias (4,2% face a 12,5% no trimestre anterior) e do consumo público (1,4% em relação a 4,8% no período precedente) e do abrandamento do investimento (3,3% que compara com um crescimento homólogo de 6,4% no trimestre anterior).

<sup>1</sup> Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h. real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	7,1	11,8	5,9	4,4	16,5	4,9	-8,4
Procura interna	v. h. (%)	3,5	9,7	5,1	4,6	15,7	5,1	-5,6
Consumo das famílias	v. h. (%)	4,2	12,5	5,5	4,1	19,1	4,6	-7,3
Formação bruta de capital	v. h. (%)	3,3	6,4	7,2	8,1	12,5	7,9	-5,7
Taxa de investimento	%	18,3	19,2	18,9	18,5	19,0	19,1	18,6
Exportações	v. h. (%)	26,8	18,6	16,1	11,9	43,0	13,1	-18,6
Importações	v. h. (%)	16,4	13,4	13,6	12,2	37,4	13,1	-12,1
VAB	v. h. (%)	7,5	9,6	4,8	3,6	14,8	4,4	-7,2
Taxa de desemprego**	%	5,7	5,9	6,3	6,1	6,7	6,6	7,0
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	8,0	4,3	2,4	1,5	0,8	1,3	0,0
Indicador de confiança dos consumidores	%	-31,8	-22,1	-16,5	-12,9	-14,2	-16,7	-23,9
Indicador de clima económico	%	2,0	2,2	2,0	1,7	0,4	0,7	-1,5
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,065	1,123	1,144	1,179	1,206	1,184	1,141
	v. h. (%)	-11,6	-6,9	-4,1	0,8	9,5	3,7	1,9

\* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

\*\* Os dados trimestrais de 2021 respeitam à nova série do Inquérito ao Emprego de 2021 e os dados anteriores, apurados na série de 2011, foram compatibilizados com a série de 2021 (sendo ainda provisórios), possibilitando a comparação direta entre estas duas séries.

USD - Dólar dos Estados Unidos  
EUR - Euro

O contributo positivo da procura externa líquida para a variação homóloga real do PIB registado neste trimestre foi determinado, sobretudo, pela aceleração das exportações em volume. Assim, as exportações apresentaram uma variação homóloga real de 26,8% (após um

aumento de 18,6% no trimestre precedente), determinada pelo crescimento das exportações de bens (14,1%) e, principalmente, dos serviços (65,1%) refletindo, em grande parte, a forte dinâmica da componente do turismo. As importações de bens e serviços aumentaram 16,4% em termos homólogos reais (contra uma variação de 13,4% no trimestre anterior), com ambas as componentes a registarem variações positivas (14,9% nos bens e 24,8% nos serviços).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 7,5%, em termos homólogos reais (que compara com 9,6% no trimestre anterior). Neste período, apenas os ramos da “agricultura, silvicultura e pesca”, “energia, água e saneamento” e “construção” registaram variações homólogas negativas (-6,1%, -0,8% e -0,7%, respetivamente). Com os crescimentos homólogos reais mais elevados, destacavam-se o “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (19,9%) e os “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (15,4%).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional diminuiu para os 5,7% neste trimestre (que compara com 5,9% no trimestre anterior e com 6,7% no trimestre homólogo de 2022). Estimavam-se 298,8 mil desempregados no país, o que traduz uma diminuição trimestral do desemprego de 9,6 mil pessoas e um decréscimo homólogo de 46,9 mil indivíduos. Deste volume de pessoas desempregadas, 14,5% estavam empregadas no trimestre anterior, 27,1% transitaram, neste trimestre, da situação de inatividade para o desemprego e 58,4% já estavam desempregadas no período anterior. Relativamente aos indivíduos que permaneceram no desemprego, 47,9% mantiveram-se como desempregados de longa duração (12 e mais meses) e 35,3% continuaram no desemprego de curta duração (até 11 meses).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, neste trimestre, cresceu 8,0% em termos homólogos (no trimestre anterior, já tinha aumentado 4,3%). Esta é a maior variação dos preços a nível nacional desde o primeiro trimestre de 1993. Das 12 classes de consumo, apenas o “vestuário e calçado” (-0,4%) e a “saúde” (-0,3%) apresentaram variações homólogas negativas. Com as taxas de variação homóloga mais elevadas destacavam-se os “transportes” (12,7%), a “habitação” (12,4%), os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (11,9%) e os “restaurantes e hotéis” (11,7%).

As expectativas dos consumidores, avaliadas pelo indicador de confiança dos consumidores<sup>2</sup> do INE, pioraram face aos trimestres anteriores, tornando-se ainda mais negativas neste período (-31,8%). O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico<sup>3</sup> do INE, manteve-se positiva, apesar da ligeira desaceleração face ao trimestre anterior.

Por último, a taxa de câmbio<sup>4</sup> do euro face ao dólar (USD/Euro) registou uma forte diminuição, 11,6% relativamente ao trimestre homólogo, prosseguindo a tendência de desvalorização do euro iniciada no quarto trimestre de 2021. Esta é a maior quebra homóloga trimestral face ao dólar desde o quarto trimestre de 2015. Note-se que esta desvalorização do euro se traduz num preço inferior para igual quantidade de bens exportados e num preço superior para igual quantidade de bens importados.

<sup>2</sup> O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

<sup>3</sup> O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

<sup>4</sup> A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

## MERCADO DE TRABALHO

**55,9%**

foi a taxa de emprego na região

**5,2%**

foi a taxa de desemprego regional

No segundo trimestre de 2022, continuou a verificar-se uma redução do desemprego e um aumento do emprego na Região Centro. Também a taxa de atividade e a população ativa cresceram, face a igual período do ano anterior. Em contraste, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da região permaneceu em queda em termos homólogos reais, resultante, em grande medida, do forte crescimento do nível geral dos preços.

No segundo trimestre de 2022, a taxa de atividade da população em idade ativa<sup>5</sup>, na Região Centro, foi de 59,0%, representando um crescimento de 1,5 pontos percentuais face ao período homólogo. Ainda assim, esta taxa regional foi inferior à média nacional, que se cifrou nos 59,8%. A taxa de atividade dos homens, como habitual, foi mais elevada do que a das mulheres (62,7% contra 55,7%).

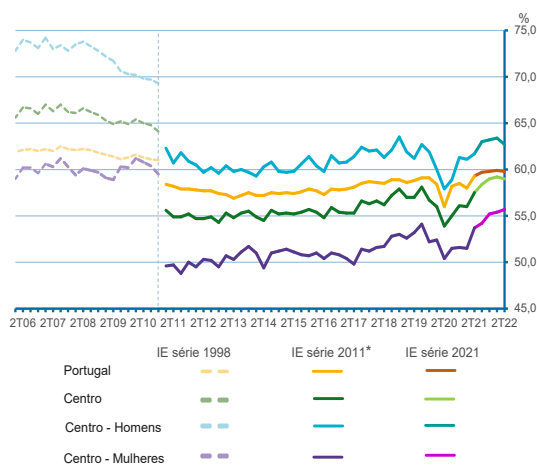
Neste trimestre, a população ativa<sup>6</sup> da Região Centro ascendia a 1.131,9 mil indivíduos, aumentando 2,8% face a igual período do ano anterior e dando continuidade ao comportamento positivo observado há mais de um ano. Já os inativos<sup>7</sup> totalizavam 814,6 mil indivíduos, representando uma diminuição de 3,4% face ao trimestre homólogo. A evolução homóloga dos inativos deveu-se à diminuição dos domésticos (-10,1%) e dos reformados (-5,3%), sendo contrariada pela variação muito positiva dos estudantes (14,6%).

<sup>5</sup> A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa". Nas séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

<sup>6</sup> Para as séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado)". Já para a série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

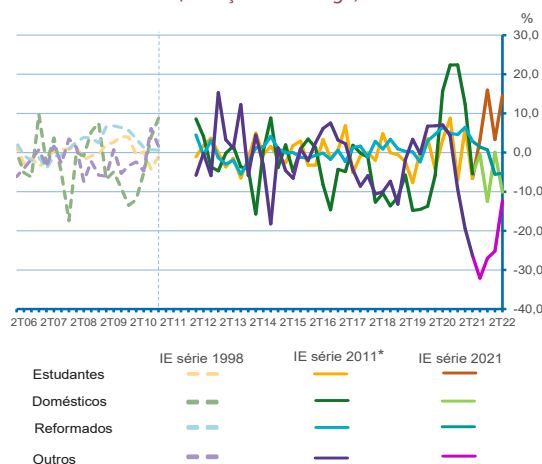
<sup>7</sup> A população inativa é o conjunto de indivíduos com idade inferior a 16 anos, superior a 89 anos, dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, não podiam ser considerados ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados.

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



\* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

População inativa no Centro por condição perante o trabalho  
(variação homóloga)<sup>8</sup>



<sup>8</sup> Com a divulgação da nova série de dados do Inquérito ao Emprego (série 2021) e da série de 2011 (compatibilizada), a rubrica “Estudantes” passou a integrar apenas os estudantes com 16 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 15 anos de idade na rubrica “Outros”. Já a rubrica “Reformados” compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em “Outros”.

\* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020
		média trimestral						
Taxa de atividade								
Portugal	%	59,8	59,9	59,8	59,7	59,3	59,2	57,8
Centro	%	59,0	59,2	59,0	58,4	57,5	57,7	55,3
	v. h. (p.p.)	1,5	3,2	2,9	3,4	3,6	2,4	-1,9
População ativa – Centro	milhares	1.131,9	1.134,5	1.135,1	1.120,8	1.101,3	1.107,2	1.053,4
	v. h. (%)	2,8	5,9	6,2	7,0	7,0	5,1	-3,1
População inativa – Centro	milhares	814,6	811,7	819,7	828,3	843,5	840,3	868,4
	v. h. (%)	-3,4	-6,7	-3,4	-5,1	-5,7	-3,2	4,4
Estudantes	milhares	172,3	166,3	165,5	161,3	150,4	159,6	152,9
	v. h. (%)	14,6	3,3	16,0	3,3	-6,6	4,4	0,1
Domésticos	milhares	82,7	95,4	90,3	97,4	92	93,7	95,8
	v. h. (%)	-10,1	0,1	-12,5	-0,5	-5,4	-2,2	13,2
Reformados	milhares	440,7	438,7	449,4	452,9	465,3	458,0	445,3
	v. h. (%)	-5,3	-5,6	0,7	1,4	2,9	2,9	5,1
Outros	milhares	119	111,3	114,4	116,6	135,8	128,9	174,3
	v. h. (%)	-12,4	-25,2	-27,0	-32,1	-26,3	-26,0	2,2

A taxa de emprego<sup>9</sup> da Região Centro, no segundo trimestre de 2022, foi de 55,9%, o que traduziu um aumento de dois pontos percentuais face ao trimestre homólogo. Manteve-se o comportamento positivo observado desde o primeiro trimestre de 2021, que havia invertido mais de um ano de diminuições homólogas consecutivas. Esta taxa regional foi ligeiramente inferior à média nacional (56,4%) e à observada no trimestre anterior (56,0%).

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.072,9 mil indivíduos, o que representou um aumento de 3,8% face ao mesmo período do ano anterior, consolidando o comportamento positivo iniciado em 2021. Das categorias de empregados analisadas, observaram-se contrações homólogas apenas nos empregados dos 16 aos 24 anos, que diminuíram 16,5%, e no emprego do setor secundário, que decresceu 4,6%. Todas as restantes categorias registaram aumentos homólogos, tendo os mais significativos ocorrido no emprego do setor primário (32,6%), nos empregados dos 45 aos 89 anos (7,8%) e no emprego feminino (4,9%).

Os trabalhadores por conta de outrem contribuíram para o acréscimo da população empregada no trimestre, uma vez que representando quase 83% desta, aumentaram 2,2% em termos homólogos. Este crescimento manteve o comportamento positivo verificado há mais de um ano, que havia interrompido a trajetória de quebra observada desde o último trimestre

<sup>9</sup> A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população em idade ativa. Nas séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

de 2019. No segundo trimestre de 2022, a evolução dos trabalhadores por conta de outrem foi explicada mais significativamente pelos acréscimos nos trabalhadores que possuem o ensino superior, secundário e pós-secundário como habilitação, nos que desempenham as suas funções a tempo parcial e nos contratados sem termo.

Também os trabalhadores por conta própria explicaram o crescimento da população empregada observado no trimestre, tendo registado um aumento de 15,0% face ao período homólogo e dando continuidade à trajetória positiva verificada desde o início de 2021. Esta evolução homóloga resultou da variação positiva ocorrida nos trabalhadores isolados (15,4%) e nos empregadores (14,3%).

A população empregada na região que trabalhou em casa<sup>10</sup>, no segundo trimestre de 2022, foi de 181,2 mil pessoas, representando 16,9% do total da população empregada. Entre os empregados que trabalharam em casa, 19,2% (34,9 mil) ainda foi devido à pandemia por COVID-19.

Importa ainda referir, pela relevância que passou a assumir no mercado de trabalho, que 94,7% (171,6 mil indivíduos) dos que trabalharam em casa estiveram em teletrabalho, ou seja, utilizaram tecnologias de informação e comunicação para desempenhar as suas funções a partir de casa. Este regime de prestação de trabalho abrangeu 16,0% do total da população empregada.

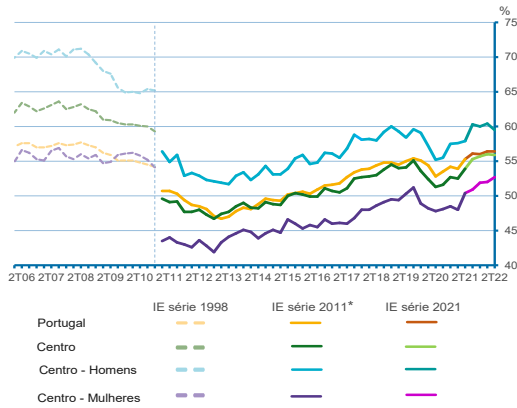
<sup>10</sup> A partir do 2.º trimestre de 2022, este indicador, calculado pelo INE, sofreu algumas alterações relativamente à edição anterior, nomeadamente passou a abranger todas as pessoas que referiram ter trabalhado a partir de casa no período de referência (note-se que, na edição anterior, a população-alvo correspondia ao conjunto de pessoas que tinham trabalhado maioritariamente em casa no período de referência). Deste modo, os dados divulgados a partir do 2.º trimestre de 2022 não são diretamente comparáveis com a edição anterior (que vigorou do 1.º trimestre de 2021 ao 1.º trimestre de 2022).

Quadro 3 – Emprego		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020	
		média trimestral							
Taxa de emprego									
Portugal	%	56,4	56,4	56,0	56,1	55,3	55,3	53,8	
Centro	%	55,9	56,0	55,7	55,3	53,9	54,4	52,0	
	v. h. (p.p.)	2,0	3,5	3,0	3,7	2,6	2,4	-2,2	
População empregada – Centro		milhares	1.072,9	1.072,8	1.072,3	1.061,8	1.033,5	1.043,2	991,5
	v. h. (%)	3,8	6,7	6,8	8,0	5,6	5,2	-3,8	
Homens	v. h. (%)	2,8	4,9	6,1	10,1	5,7	5,8	-4,3	
Mulheres	v. h. (%)	4,9	8,7	7,6	5,9	5,4	4,6	-3,3	
16 - 24 anos	v. h. (%)	-16,5	9,1	26,0	21,5	40,7	18,1	-28,4	
25 - 44 anos	v. h. (%)	1,8	4,4	1,8	3,6	-1,1	0,1	-2,7	
45 - 89 anos	v. h. (%)	7,8	8,5	9,8	10,9	8,9	8,7	-1,8	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	32,6	-14,1	38,8	20,6	-4,8	12,6	-16,3	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-4,6	6,4	-1,8	-5,3	3,4	-1,2	3,3	
Serviços	v. h. (%)	6,3	8,1	9,5	13,8	7,2	7,9	-6,2	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	886,2	888,8	888,7	882,1	867,2	870,4	845,6
	v. h. (%)	2,2	5,4	2,5	6,3	3,4	2,9	-2,8	
Contratos sem termo	v. h. (%)	2,4	11,5	3,9	5,4	3,1	2,7	-0,3	
Contratos com termo	v. h. (%)	-1,3	-17,7	6,1	9,8	3,7	5,6	-12,7	
Tempo completo	v. h. (%)	1,7	7,2	3,6	7,9	4,6	3,9	-3,0	
Tempo parcial	v. h. (%)	9,5	-18,5	-12,3	-19,2	-12,5	-10,7	1,2	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	x	x	x	x	x	x	-5,9	
Básico	v. h. (%)	-13,9	-11,0	-8,1	-4,8	-8,4	-6,7	-5,7	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	12,7	11,5	0,9	8,4	2,7	1,8	-0,9	
Superior	v. h. (%)	9,5	20,8	17,0	21,4	23,8	18,7	-0,4	
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	175,2	174,7	167,6	164,5	152,4	159,9	142,4
	v. h. (%)	15,0	12,7	24,3	12,3	10,4	12,3	-8,4	
Isolados	v. h. (%)	15,4	-1,7	18,9	17,4	7,0	11,5	-11,6	
Empregadores	v. h. (%)	14,3	40,4	33,8	4,5	16,2	13,6	-2,4	

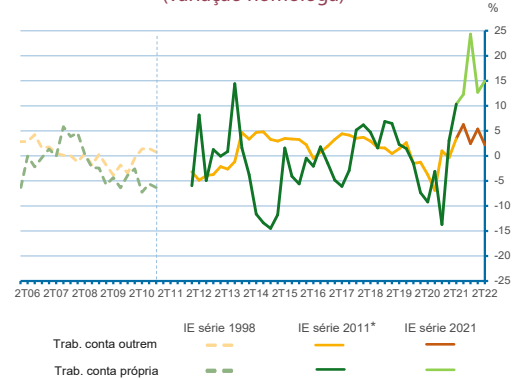
x: Não disponível



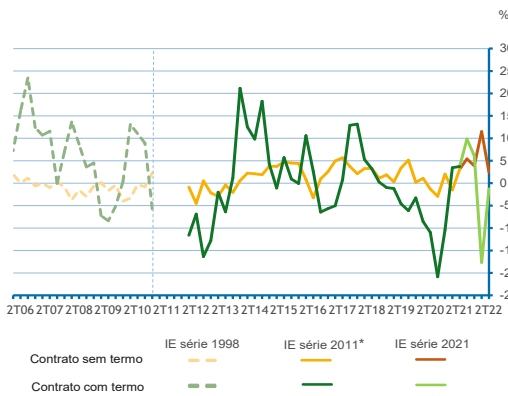
Taxa de emprego em Portugal e no Centro



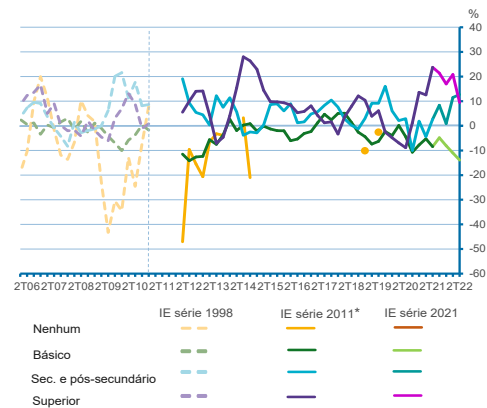
População empregada no Centro por situação na profissão (variação homóloga)<sup>11</sup>



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)<sup>12</sup>



\* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

<sup>11</sup> Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

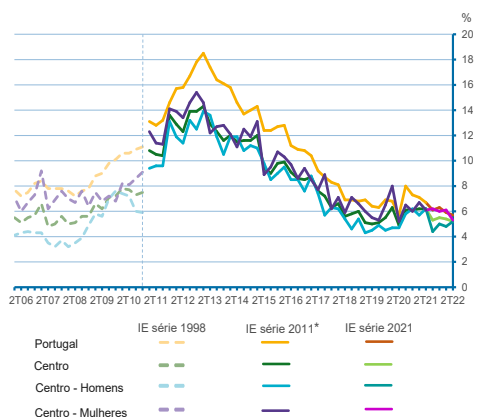
<sup>12</sup> Em alguns trimestres, no nível de escolaridade “Nenhum”, não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

<sup>13</sup> A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

A taxa de desemprego<sup>13</sup> da Região Centro fixou-se nos 5,2%, no segundo trimestre de 2022, traduzindo uma diminuição homóloga de um ponto percentual. Esta taxa permaneceu inferior à média do país, que foi de 5,7%, e posicionou o Centro no segundo lugar da hierarquia nacional, logo após o Alentejo. A taxa de desemprego regional das mulheres reduziu-se face ao período homólogo, mas manteve-se ligeiramente acima da dos homens (5,3% contra 5,2%).

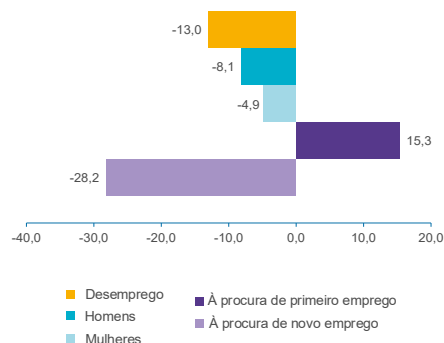
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 59,0 mil indivíduos, o que representou um decréscimo homólogo de 13,0%. Das categorias de desempregados analisadas, registaram-se significativas quebras homólogas nos desempregados à procura de novo emprego (-30,1%), nos desempregados há 12 ou mais meses (-20,8%) e nos homens desempregados (-15,8%). Das restantes categorias, apenas os desempregados à procura do primeiro emprego apresentaram uma variação homóloga positiva.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



\* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no segundo trimestre de 2022 (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	5,7	5,9	6,3	6,1	6,7	6,6	7,0
Centro	%	5,2	5,4	5,5	5,3	6,2	5,8	5,9
	v. h. (p.p.)	-1,0	-0,8	-0,6	-0,8	1,3	-0,1	0,7
Homens	%	5,2	4,8	5,0	4,4	6,2	5,3	5,3
Mulheres	%	5,3	6,1	6,0	6,2	6,1	6,3	6,4
16 - 24 anos	%	x	21,9	24,3	22,5	x	20,4	25,2
25 - 44 anos	%	x	x	4,8	x	x	5,8	5,1
45 - 89 anos	%	x	x	3,8	x	4,7	4,0	4,3
População desempregada – Centro	milhares	59,0	61,7	62,8	59,0	67,8	64,0	61,9
	v. h. (%)	-13,0	-7,1	-3,7	-8,2	34,0	3,4	9,9
Homens	v. h. (%)	-15,8	-12,8	-14,5	-17,9	43,8	5,7	12,7
Mulheres	v. h. (%)	-10,0	-2,0	7,9	0,0	25,0	1,2	7,7
16 - 24 anos	v. h. (%)	x	x	4,2	7,9	x	-9,9	39,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	x	-0,8	x	x	13,8	-0,4
45 - 89 anos	v. h. (%)	x	x	-12,0	x	70,9	0,9	7,3
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	241,9	157,1	41,6	150,0	-23,2	18,7	x
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-30,1	-20,2	-10,8	-17,1	41,1	1,6	11,4
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-5,6	-13,3	-40,1	-29,8	-2,2	-37,7	17,4
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-20,8	7,3	60,6	45,1	125,2	89,5	-2,9

x: Não disponível

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 977 euros, resultando numa diminuição homóloga real de 2,71%, que intensificou a variação negativa ocorrida no trimestre anterior (que havia infletido mais de dois anos de acréscimos homólogos sucessivos). De salientar que o salário médio da região continua abaixo da média nacional, que também conheceu uma quebra homóloga real (de -4,06%), cifrando-se, neste trimestre, nos 1.039 euros. Esta redução homóloga real observada neste indicador decorre, em grande medida, do aumento expressivo do nível geral dos preços.

Quadro 5 – Salários		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	1.039	1.024	1.011	1.012	1.003	1.002	951
	v. h. real (%)	-4,06	-0,01	2,01	4,41	4,56	4,05	4,63
Centro	€	977	958	963	969	930	945	889
	v. h. real (%)	-2,71	-0,05	2,46	6,44	4,64	4,97	4,60

## DESEMPREGO REGISTRADO

**-18,9%**

foi o decréscimo homólogo dos desempregados registados nos centros de emprego da Região Centro

No segundo trimestre de 2022, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir em termos homólogos, o que já sucede há mais de um ano. Já os novos desempregados aumentaram, infletindo a tendência de quebras sucessivas observada desde o ano de 2021. As colocações realizadas pelo IEFP diminuíram face a igual período do ano anterior.

**88**

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro 52,2 mil desempregados, refletindo uma diminuição homóloga de 18,9%. Esta evolução vem intensificar a tendência de contrações homólogas sucessivas que se verificam há mais de um ano.

Já os novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região aumentaram 8,9%. Este aumento homólogo dos novos desempregados alterou o comportamento de diminuições consecutivas verificadas desde o primeiro trimestre de 2021, após um ano de acréscimos homólogos decorrentes dos efeitos da pandemia por COVID-19. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 256 novos desempregados, aproximadamente mais 21 do que no trimestre homólogo.

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, uma redução homóloga de 8,5%, invertendo o comportamento positivo iniciado em 2021 (com exceção do terceiro trimestre deste ano). Em termos médios ocorreram cerca de 88 colocações por dia (menos oito do que em igual período do ano anterior).

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	52,2	57,1	57,6	59,9	64,4	62,8	65,4
	v. h. (%)	-18,9	-17,8	-12,8	-13,3	-6,8	-3,9	17,8
Novos desempregados**	milhares	23,0	24,9	25,7	26,3	21,1	24,6	28,9
	v. h. (%)	8,9	-2,1	-11,4	-9,4	-25,6	-14,8	9,8
Colocações do IEFP**	milhares	7,9	7,5	6,5	8,6	8,6	7,8	7,0
	v. h. (%)	-8,5	0,3	1,3	-0,6	53,9	11,3	-9,6

\* valores médios trimestrais

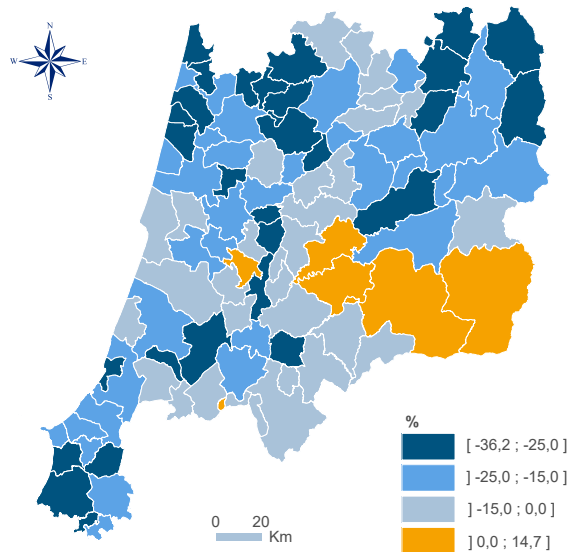
\*\*soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em 94 municípios ocorreu uma diminuição do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se, pelas significativas reduções homólogas, Almeida (-36,2%), Vagos (-35,4%), Oliveira de Frades (-34,5%) e Vila Nova de Poiares (-34,2%) e nos restantes seis municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se, com crescimentos homólogos acima de 10%, os municípios da Pampilhosa da Serra (14,7%), Oleiros (12,8%) e Idanha-a-Nova (11,5%).

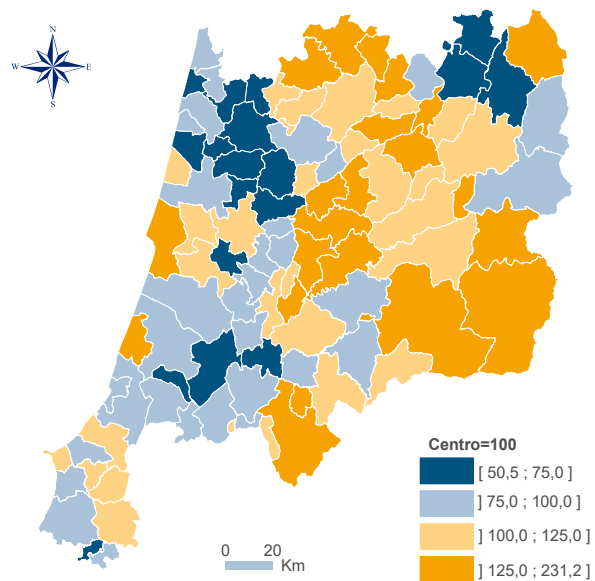
<sup>14</sup> O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma:  $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{m}}}{[(\text{desemprego registado})_{\text{RC}} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{\text{RC}}]} * 100$ , sendo determinado município e  $_{\text{RC}}$  a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2021.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, metade dos municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade<sup>14</sup> inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Sever do Vouga (50,5), Ferreira do Zêzere (51,7) e Ourém (55,2). Na outra metade encontravam-se os municípios com índices superiores à média regional, dos quais se continua a destacar, por corresponder a mais do dobro dessa média, o município de Idanha-a-Nova (231,2).

Variação homóloga do desemprego registado por município no segundo trimestre de 2022



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2022<sup>14</sup>



## EMPRESAS

**-18,3%**

foi a diminuição  
homóloga das ações  
de insolvência de  
empresas na região

**2,3%**

foi o peso dos  
empréstimos  
vencidos no total dos  
concedidos

No segundo trimestre de 2022, assistiu-se, na Região Centro, a uma diminuição das empresas constituídas e das ações de insolvência, face a igual período do ano anterior. Também os empréstimos concedidos às empresas continuaram a decrescer em termos homólogos reais, o que pode, em parte, ser justificado pelo elevado aumento do nível geral dos preços. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda face ao trimestre homólogo.

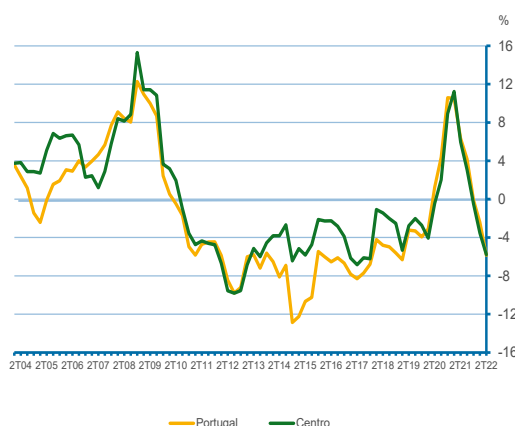
Na região, constituíram-se 1.632 novas empresas neste trimestre, o que se traduziu num decréscimo de 1,7% face a igual período do ano anterior. Por contraste, a nível nacional o número de novas constituições aumentou neste trimestre (em cerca de 4,5%). A descida regional das constituições de novas empresas também contrariou o comportamento positivo verificado nos dois trimestres anteriores. Em termos médios, foram criadas cerca de 18 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 124 constituídas diariamente no país.

As ações de insolvência<sup>15</sup> de empresas na Região Centro permaneceram em queda face a igual período do ano anterior, tendo observado neste trimestre um decréscimo de 18,3%. Esta evolução regional deu continuidade ao comportamento de quebra observado há já um ano, e acompanhou o total do país, em que as ações de insolvência decresceram 20,7%. Em Portugal ocorreram cerca de 12 ações de insolvência, em média, por dia, das quais duas foram de empresas com sede na Região Centro.

<sup>15</sup> A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

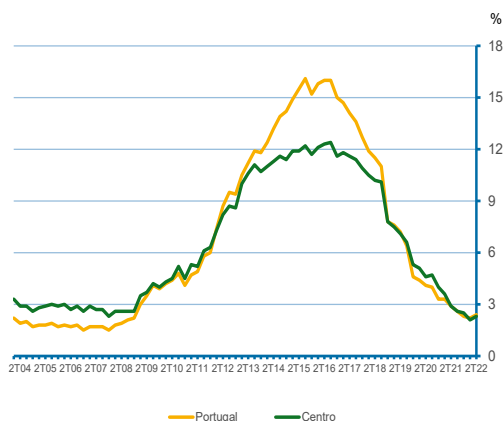
Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras continuaram a diminuir em termos homólogos, no segundo trimestre de 2022, registando um decréscimo real de 5,8%. Esta quebra regional acompanhou a evolução da média do país, em que os empréstimos concedidos diminuíram 5,9% face a igual período do ano anterior. A diminuição regional dos empréstimos concedidos intensificou a variação homóloga real negativa observada desde o último trimestre de 2021, resultado, em grande medida, do elevado crescimento do nível geral dos preços registado no trimestre.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras  
(variação homóloga real)



O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, aumentou ligeiramente face ao período precedente, mas manteve-se em queda face ao trimestre homólogo (tendo diminuído 0,6 e 0,5 pontos percentuais, respetivamente, na região e no país). Deste modo, no segundo trimestre de 2022, este indicador fixou-se nos 2,3% na região, posicionando-se marginalmente abaixo da média do país (2,4%).

Peso dos empréstimos vencidos das sociedades não financeiras



Quadro 7 – Empresas		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	11.170	13.417	11.157	9.819	10.692	10.400	9.359
	v. h. (%)	4,5	35,1	18,5	-0,8	76,8	11,1	-23,5
Centro	número	1.632	2.061	1.691	1.564	1.661	1.635	1.520
	v. h. (%)	-1,7	27,1	15,6	-11,2	64,8	7,6	-16,5
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*								
Portugal	milhões €	77.251	76.142	75.657	76.284	75.992	75.686	71.110
	v. h. real (%)	-5,9	-2,4	-0,1	4,2	6,4	5,1	3,2
Centro	milhões €	14.267	14.070	13.951	13.984	14.025	13.986	13.180
	v. h. real (%)	-5,8	-3,5	-0,5	3,1	6,0	4,8	1,5
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*								
Portugal	%	2,4	2,2	2,3	2,6	2,9	2,8	4,0
Centro	%	2,3	2,1	2,5	2,6	2,9	2,9	4,6
Ações de insolvência								
Portugal	número	1.114	1.324	1.230	982	1.405	1.299	1.352
	v. h. (%)	-20,7	-16,1	-14,2	-20,0	-2,8	-3,9	-1,9
Centro	número	210	248	191	158	257	222,5	230
	v. h. (%)	-18,3	-12,7	-21,1	-22,9	13,2	-3,2	-10,5

\* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

**5,2%**

foi o crescimento  
homólogo real das  
saídas de bens da  
região

No segundo trimestre de 2022, na região e no país, o comércio internacional de bens evoluiu favoravelmente, decorrente do crescimento das saídas ter superado o das entradas. Em termos regionais, o mercado intracomunitário contribuiu para o aumento das saídas e o mercado extracomunitário justificou o acréscimo das entradas.

**4,2%**

foi o acréscimo  
homólogo real das  
entradas de bens na  
região

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real<sup>16</sup> de 5,2%, mantendo o crescimento positivo observado há já dois anos e acompanhando o total nacional, que aumentou 10,9%. Esta evolução foi explicada pelo aumento homólogo das saídas para o mercado intracomunitário (7,2%) e contrariada pela diminuição das saídas para os países de fora da União Europeia (-1,3%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020
		média trimestral						
<b>Saídas de bens</b>								
Portugal	milhões €	20.727,0	18.176,4	16.942,9	15.429,2	15.795,4	15.904,6	13.439,3
	v. h. real (%)	10,9	1,9	1,3	1,2	40,8	10,0	-7,9
Intracomunitárias	milhões €	14.368,7	13.277,8	12.315,7	10.785,2	11.284,4	11.377,4	9.665,9
	v. h. real (%)	7,6	3,4	3,9	-1,8	41,0	9,4	-13,7
Extracomunitárias	milhões €	6.358,3	4.898,6	4.627,2	4.644,0	4.511,0	4.527,2	3.773,5
	v. h. real (%)	19,1	-1,9	-5,2	8,7	40,3	11,5	11,4
Centro	milhões €	3.950,4	3.558,6	3.336,8	3.125,1	3.173,9	3.157,9	2.584,4
	v. h. real (%)	5,2	2,9	2,9	6,1	44,1	13,6	-6,4
Intracomunitárias	milhões €	3.073,4	2.736,4	2.540,7	2.357,6	2.423,1	2.412,6	1.981,3
	v. h. real (%)	7,2	1,8	3,3	4,4	45,2	13,2	-10,4
Extracomunitárias	milhões €	877,0	822,2	796,1	767,5	750,9	745,3	603,1
	v. h. real (%)	-1,3	6,9	1,6	11,6	40,6	14,9	9,9
<b>Entradas de bens</b>								
Portugal	milhões €	28.102,8	24.877,1	23.738,9	20.614,4	20.410,8	20.786,4	17.036,4
	v. h. real (%)	10,4	13,5	14,2	9,7	42,3	14,2	-11,1
Intracomunitárias	milhões €	19.061,4	17.591,2	17.321,3	14.768,4	15.296,6	15.308,3	12.769,2
	v. h. real (%)	-0,1	6,5	7,6	4,5	43,0	12,2	-12,8
Extracomunitárias	milhões €	9.041,4	7.285,9	6.417,6	5.846,1	5.114,1	5.478,1	4.267,2
	v. h. real (%)	41,7	34,7	36,8	25,4	39,9	20,2	-5,7
Centro	milhões €	3.800,1	3.514,8	3.144,9	2.801,8	2.922,8	2.871,4	2.202,7
	v. h. real (%)	4,2	12,7	14,2	18,7	46,8	22,0	-7,0
Intracomunitárias	milhões €	2.769,1	2.629,6	2.355,9	2.083,8	2.238,3	2.185,4	1.724,5
	v. h. real (%)	-0,8	6,8	6,1	12,3	49,2	18,6	-8,8
Extracomunitárias	milhões €	1.031,0	885,3	789,0	718,1	684,6	686,0	478,1
	v. h. real (%)	20,7	34,4	48,1	42,5	39,5	34,3	0,4

\* Os valores de 2022 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

<sup>16</sup> As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

<sup>17</sup> Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância igual ou superior a 93% e 91% do total das saídas e das entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

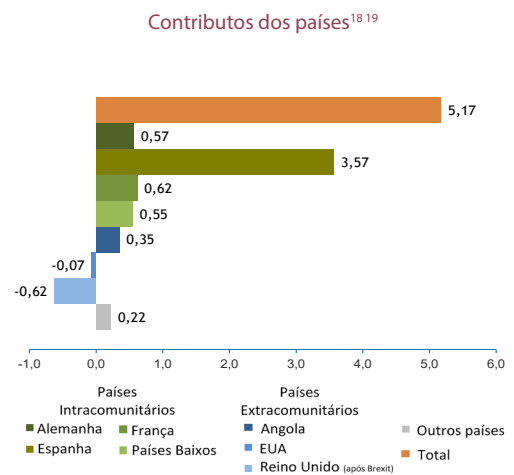
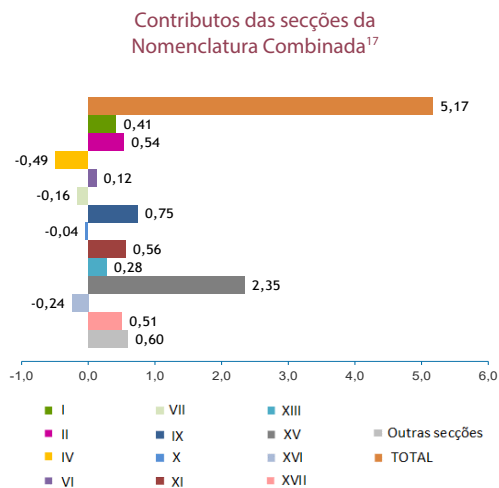
<sup>18</sup> Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 71% e 73% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

<sup>19</sup> Atendendo à concretização do Brexit ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário. Neste âmbito, é ainda de referir que os valores do Reino Unido deixaram de incluir a Irlanda do Norte.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais<sup>17</sup> da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, oito destas secções analisadas explicaram a evolução positiva regional, destacando-se, com um contributo conjunto de 3,66 pontos percentuais, três secções (XV “metais comuns e suas obras”; IX “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” e XI “matérias têxteis e suas obras”). A contrariar este comportamento regional, com um decréscimo homólogo real, encontravam-se apenas quatro secções: IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contêm nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano” (-0,49%); XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (-0,24%); VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-0,16%) e X “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar(desperdícios e aparas); papel e suas obras” (-0,04%).

Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais<sup>18</sup> da Região Centro, constatou-se que a totalidade dos países analisados no mercado intracomunitário contribuíram para a variação homóloga regional positiva. Destes países, destacou-se, pelo contributo positivo mais expressivo, a Espanha que explicou em 3,57% a variação regional das saídas. No mercado extracomunitário, apenas Angola contribuiu positivamente para a variação regional das saídas de bens.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no segundo trimestre de 2022 (%)



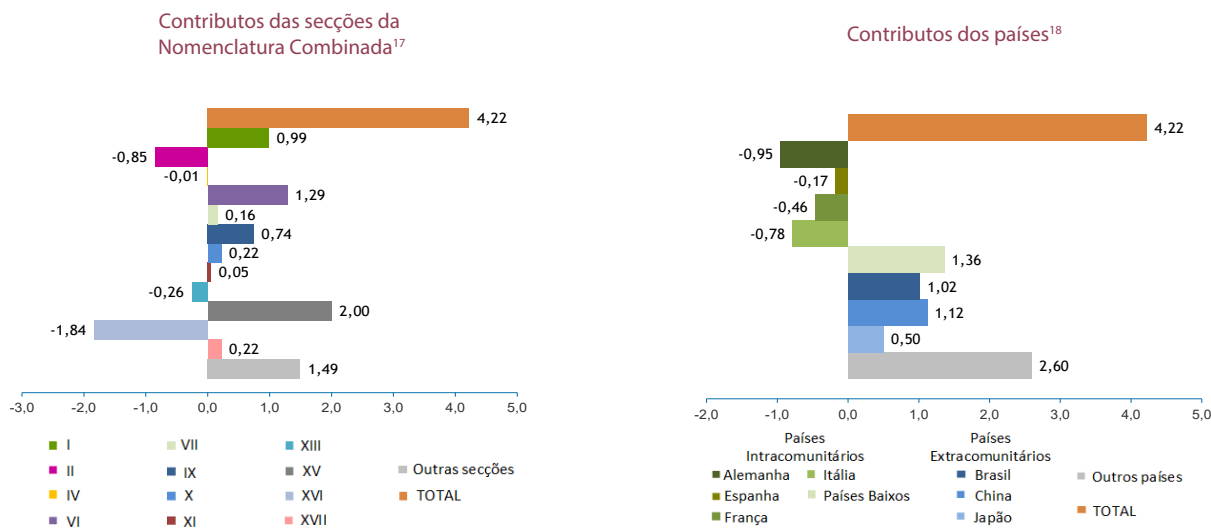


As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um aumento real de 4,2%, dando continuidade ao crescimento observado desde o último trimestre de 2020 e acompanhando o total nacional que aumentou 10,4%. Esta evolução das importações de bens na região ficou a dever-se ao mercado extracomunitário, que cresceu expressivamente em 20,7%, tendo sido ligeiramente contrariada pela quebra homóloga real ocorrida nas entradas de bens provenientes dos países da União Europeia.

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que, neste trimestre, oito destes grupos contribuíram para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de 4,28 pontos percentuais, três secções (XV “metais comuns e suas obras”; VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” e I “animais vivos e produtos do reino animal”). Apenas quatro das secções analisadas contrariaram a evolução positiva registada na região: XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (-1,84%); II “produtos do reino vegetal” (-0,85%); XIII “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (-0,26%) e IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano” (-0,01%).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que a totalidade dos países analisados no mercado extracomunitário contribuíram positivamente para a variação homóloga regional de 4,22%. Destes países, destacou-se, pelo contributo positivo mais expressivo, a China que explicou em 1,12% a variação regional das entradas. Já no mercado intracomunitário, a quase totalidade dos países analisados apresentaram um contributo negativo de 2,36 pontos percentuais, com exceção dos Países Baixos.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no segundo trimestre de 2022 (%)



**TURISMO****1,9 milhões**

foram as dormidas  
em estabelecimentos  
de alojamento  
turístico da região

**97  
milhões de euros**

foram os  
proveitos desses  
estabelecimentos

A atividade turística continuou a crescer na região e no país no segundo trimestre de 2022, o que já sucede há mais de um ano, evidenciando uma recuperação cada vez mais sustentável do setor profundamente afetado pelos efeitos da pandemia por COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico voltaram a observar na região e no país aumentos homólogos significativos. A estada média também aumentou na região e no país face a igual período do ano anterior.

No segundo trimestre de 2022, o setor do turismo manteve um crescimento muito significativo, dando continuidade ao comportamento positivo observado há mais de um ano e parecendo, de forma sustentada, distanciar-se do período mais severo da pandemia por COVID-19. Estes crescimentos homólogos bastante expressivos da atividade turística devem, contudo, ser analisados com prudência já que refletem um efeito base, uma vez que o trimestre homólogo correspondeu a um período ainda de retoma do setor, que desde o início de 2020 até ao primeiro trimestre de 2021 foi fortemente afetado pelas restrições impostas para contenção da propagação da pandemia por COVID-19.

Assim, neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico<sup>20</sup> da Região Centro acolheram 1,1 milhões de hóspedes, traduzindo um crescimento homólogo de 101,8%. Esta evolução regional veio reforçar o crescimento observado desde do segundo trimestre de 2021, que influiu mais de um ano de quebras homólogas sucessivas decorrentes do início da pandemia em Portugal. Também a média nacional cresceu expressivamente (173,3%). Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, o aumento homólogo nos hóspedes foi ainda mais elevado (107,0% na região e de 180,1% no país).

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram um aumento expressivo face ao mesmo período do ano anterior (111,8%), mantendo o comportamento positivo registado há mais de um ano que havia invertido a trajetória negativa do ano de 2020, resultante, claramente, das medidas impostas para contenção da pandemia por COVID-19. A nível nacional, o crescimento foi ainda mais significativo (210,1%). Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram também acréscimos homólogos reais bastante significativos na região e no país (110,3% e 234,6%, respetivamente). Para a evolução regional dos proveitos contribuiu o crescimento homólogo real dos proveitos de aposento (de 105,6%) e que representavam, neste trimestre, cerca de 73% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

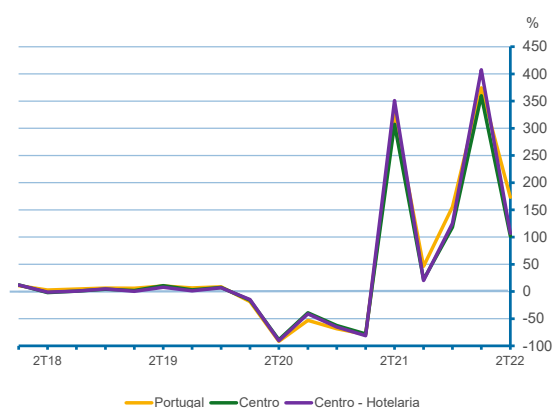
Já a estada média aumentou na Região Centro e em Portugal, face ao período homólogo e anterior, cifrando-se, respetivamente, nas 1,8 e 2,6 noites.

<sup>20</sup> O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

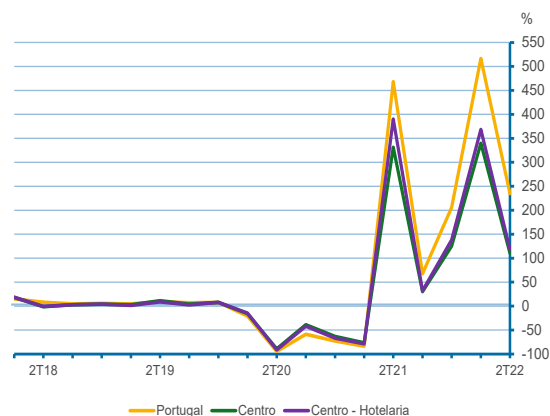
Quadro 9 – Turismo		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020
		média trimestral						
<b>Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico</b>								
Portugal	milhares	7.565	3.665	4.696	6.225	2.768	3.616	2.608
	v. h. (%)	173,3	374,5	155,6	46,3	325,7	38,6	-61,6
Centro	milhares	1.054	571	747	1.034	522	607	471
	v. h. (%)	101,8	359,8	118,1	21,9	307,2	28,8	-54,3
Hotelaria	milhares	800	432	571	747	387	448	354
	v. h. (%)	107,0	407,6	125,3	20,1	351,1	26,5	-56,0
<b>Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico</b>								
Portugal	milhares	19.685	8.916	11.590	17.631	6.347	9.333	6.450
	v. h. (%)	210,1	405,5	177,7	56,8	345,1	44,7	-63,2
Centro	milhares	1.858	980	1.278	2.042	877	1.113	841
	v. h. (%)	111,8	283,8	114,7	26,0	272,0	32,4	-52,9
Hotelaria	milhares	1.384	721	956	1.469	632	807	620
	v. h. (%)	118,9	324,9	123,4	24,1	317,6	30,1	-55,0
<b>Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico</b>								
Portugal	milhares €	1.388.873	493.028	699.169	1.169.992	384.440	582.568	361.421
	v. h. real (%)	234,6	516,6	205,7	67,7	468,2	59,2	-66,3
Centro	milhares €	96.927	48.580	64.845	107.502	42.694	56.408	41.050
	v. h. real (%)	110,3	339,9	125,0	30,1	331,2	35,7	-53,8
Hotelaria	milhares	75.878	38.314	51.267	80.867	32.155	43.033	31.220
	v. h. real (%)	118,5	368,4	138,1	32,1	390,1	36,1	-56,4
<b>Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico</b>								
Portugal	n.º noites	2,6	2,4	2,5	2,8	2,3	2,6	2,5
Centro	n.º noites	1,8	1,7	1,7	2,0	1,7	1,8	1,8

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2022 são provisórios.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico  
(variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico  
(variação homóloga real)



## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

**13,7%**

foi o aumento  
homólogo dos novos  
fogos concluídos para  
habitação familiar na  
região

**984 €/m<sup>2</sup>**

foi a avaliação  
bancária da  
habitação na região,  
a mais elevada dos  
últimos 11 anos

No segundo trimestre de 2022, o setor da construção apresentou sinais de contração na região e no país, a avaliar pelas diminuições homólogas em quase todos os indicadores dos edifícios licenciados e das obras concluídas. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, permaneceu em destaque a evolução muito favorável dos empréstimos vencidos, que continuaram a registar quebras significativas e cujo peso no total dos concedidos manteve-se o mais reduzido dos últimos 13 anos. A avaliação bancária da habitação na região continuou a observar o valor mais elevado em 11 anos.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.636 edifícios, o que correspondeu a uma diminuição homóloga de 9,7%. Esta variação regional foi superior à média nacional (que registou uma quebra de 7,9%) e inverteu o comportamento positivo observado no primeiro trimestre de 2022. Esta redução deveu-se ao decréscimo homólogo do licenciamento de construções novas (-11,4%). Já os novos fogos licenciados para habitação familiar cresceram 4,5% face a igual período do ano anterior, mantendo a evolução positiva observado há dois anos e apenas interrompida no terceiro trimestre de 2021.

Os edifícios concluídos diminuíram 6,6%, na região, em termos homólogos, dando continuidade à trajetória negativa verificada nos dois trimestres anteriores. Também as conclusões de construções novas decresceram 2,4%, face a igual período do ano anterior. Já os novos fogos concluídos para habitação familiar observaram um acréscimo homólogo de 13,7%, mantendo o comportamento positivo observado há mais de dois anos (com a exceção do quarto trimestre de 2021). Em termos nacionais, a evolução dos edifícios concluídos acompanhou o comportamento regional, observando uma redução homóloga de 4,9%, que intensificou a variação negativa observada no período precedente (que havia interrompido mais de três anos de aumentos homólogos sucessivos).

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no segundo trimestre de 2022, permaneceram em queda (-3,8% na região e -3,2% no país, em termos homólogos reais), intensificando o comportamento negativo registado desde o último trimestre de 2021. Os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir muito expressivamente (-31,2%), acompanhando a evolução nacional (-31,1%) e mantendo a tendência de quebras sucessivas verificada há mais de cinco anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu, face ao período homólogo, cifrando-se, em 0,4% na região e no país. O valor regional manteve-se como o mais baixo observado nos últimos 13 anos.

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020
		média trimestral						
<b>Edifícios licenciados*</b>								
Portugal	número	6.208	6.898	5.665	6.214	6.741	6.352	5.868
	v. h. (%)	-7,9	1,6	-5,1	1,9	29,6	8,2	-3,7
Centro	número	1.636	1.816	1.531	1.556	1.812	1.672	1.583
	v. h. (%)	-9,7	1,5	-4,6	-8,6	33,7	5,7	-3,9
Construções novas	número	1.201	1.342	1.171	1.194	1.356	1.255	1.154
	v. h. (%)	-11,4	3,4	1,7	-4,3	37,0	8,7	-0,4
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	4,5	14,9	17,5	-5,5	12,0	7,9	4,7
<b>Edifícios concluídos* **</b>								
Portugal	número	3.563	3.782	3.901	3.813	3.746	3.816	3.683
	v. h. (%)	-4,9	-0,5	2,0	1,6	4,5	3,6	7,8
Centro	número	913	964	1.050	1.050	978	1.028	979
	v. h. (%)	-6,6	-6,9	-0,4	4,6	3,1	5,1	-4,0
Construções novas	número	759	778	845	834	778	823	756
	v. h. (%)	-2,4	-6,7	4,1	4,9	5,9	8,8	0,0
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	13,7	25,7	-18,6	6,4	2,0	2,1	18,2
<b>Empréstimos concedidos para habitação***</b>								
Portugal	v. h. real (%)	-3,2	-2,2	-0,4	0,4	0,5	0,8	1,2
Centro	v. h. real (%)	-3,8	-2,8	-0,9	0,0	0,2	0,3	1,0
<b>Empréstimos à habitação vencidos***</b>								
Portugal	v. h. real (%)	-31,1	-31,7	-22,7	-20,6	-22,9	-21,5	-38,5
Centro	v. h. real (%)	-31,2	-32,1	-21,5	-19,1	-21,4	-23,0	-40,1
<b>Avaliação bancária da habitação****</b>								
Portugal	€/m <sup>2</sup>	1.407,0	1.331,0	1.285,0	1.236,0	1.215,0	1.230,8	1.128,3
	v. h. real (%)	7,2	7,5	8,6	8,0	7,8	7,7	7,6
Centro	€/m <sup>2</sup>	984,0	946,0	904,0	876,0	870,0	877,8	835,5
	v. h. real (%)	4,7	5,4	5,6	3,7	0,6	3,7	5,7

\*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

\*\* A informação para os anos de 2020, 2021 e 2022 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

\*\*\* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

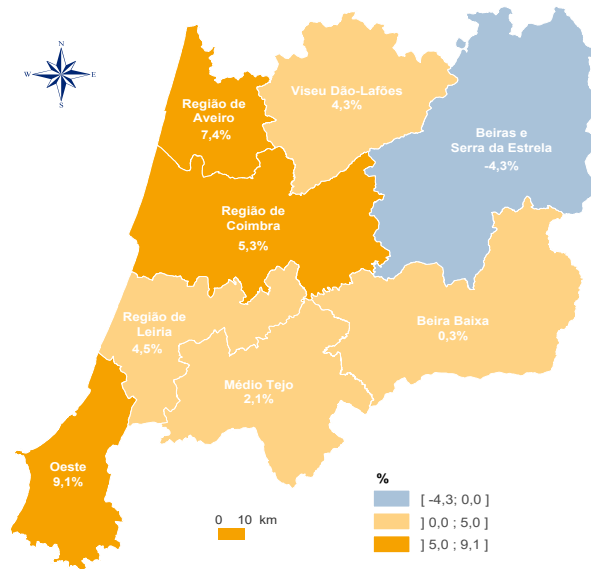
\*\*\*\* Os resultados do Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, divulgados mensalmente, têm por base o valor mediano de avaliação bancária registado no mês de referência e nos dois meses anteriores (ou seja, no trimestre terminado em cada mês).

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 4,7%, em termos homólogos reais, mantendo a trajetória positiva dos últimos seis anos, mas posicionando-se abaixo do crescimento registado para a média nacional (7,2%). Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 984 euros (mais 114 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Este valor regional da avaliação bancária é o mais elevado dos últimos 11 anos.

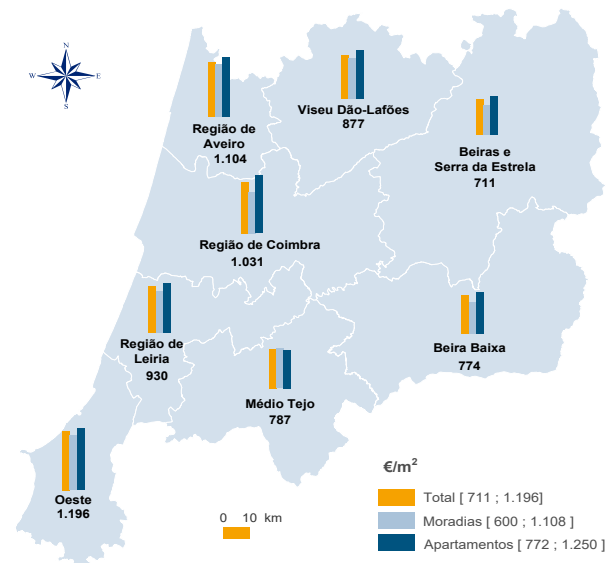
Na quase totalidade das sub-regiões da Região Centro, o valor da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, pelas variações homólogas reais mais expressivas Oeste (9,1%), Região de Aveiro (7,4%) e Região de Coimbra (5,3%). Apenas a sub-região das Beiras e Serra da Estrela observou uma diminuição homóloga real da avaliação bancária.

As duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 7,0% no valor da avaliação bancária dos apartamentos e de 2,2% nas moradias. O Oeste permanece como a sub-região com a avaliação mais elevada (1.196€/m<sup>2</sup>) e evidenciou também a valorização mais alta nos apartamentos (1.250€/m<sup>2</sup>) e nas moradias (1.108€/m<sup>2</sup>). As Beiras e Serra da Estrela era a sub-região menos valorizada em termos médios globais (711€/m<sup>2</sup>) e onde as moradias se encontravam menos valorizadas (600€/m<sup>2</sup>). Já os apartamentos apresentaram a avaliação mais baixa no Médio Tejo (772€/m<sup>2</sup>).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2022



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2022



## PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

**8,0%**

foi a taxa de inflação homóloga regional e nacional no trimestre, a mais elevada em 14 anos

No segundo trimestre de 2022, o Índice de Preços no Consumidor aumentou muito expressivamente na Região Centro e em Portugal, atingindo o crescimento mais elevado dos últimos 14 anos. A maioria dos indicadores representativos do consumo privado continuou, contudo, a observar, na região, variações positivas, embora denotando já alguma influência da forte inflação.

**2,6%**

foi o peso regional do crédito vencido para consumo e outros fins, o mais baixo dos últimos 13 anos

O nível médio de preços na região e no país, avaliado pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um crescimento de 8,0%, em termos homólogos, observando o valor mais elevado dos últimos 14 anos. Esta evolução do IPC na região correspondeu a quase o dobro da variação ocorrida no trimestre precedente e mais do quádruplo do valor observado no trimestre homólogo. Na região, todas as doze classes de despesa contribuíram para este crescimento do nível geral dos preços, destacando-se, com acréscimos acima de 10%, a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (15,0%), os “transportes” (12,3%) e os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (11,9%).

Quadro 11 – Preços		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	8,0	4,3	2,4	1,5	0,8	1,3	0,0
Centro	v. h. (%)	8,0	4,5	2,4	1,8	1,3	1,5	-0,1
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	11,9	5,3	1,3	0,8	-0,3	0,6	2,1
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,4	1,7	0,9	1,5	1,1	1,2	0,8
Vestuário e calçado	v. h. (%)	0,5	1,2	-1,4	-1,2	1,3	-0,4	-2,0
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	15,0	6,2	4,2	2,8	1,7	1,9	-1,2
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	9,2	5,0	1,1	0,5	-0,3	0,2	-1,3
Saúde	v. h. (%)	0,0	1,1	0,8	1,6	1,8	1,5	0,9
Transportes	v. h. (%)	12,3	8,5	7,3	5,7	4,9	4,5	-2,0
Comunicações	v. h. (%)	2,2	1,8	0,7	1,0	-0,1	0,2	-2,0
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	5,0	3,5	2,9	1,9	1,3	1,6	-1,7
Educação	v. h. (%)	0,7	0,6	0,6	-2,9	-3,2	-2,2	-2,3
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	8,0	5,1	2,3	-0,3	0,4	1,0	1,9
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	2,4	1,8	1,0	1,3	1,6	1,3	1,3

Neste trimestre, apesar da já notória influência do crescimento do nível geral dos preços, a maioria dos indicadores representativos do consumo privado ainda observaram uma variação positiva, na região.

As entradas intracomunitárias de bens de consumo registaram na região um ligeiro acréscimo homólogo real de 0,7%, por oposição às do total nacional que observaram uma contração de 3,0%. Este aumento regional das importações de bens de consumo deu continuidade ao comportamento positivo iniciado há mais de um ano e apenas interrompido no quarto trimestre de 2021.

No segundo trimestre de 2022, as compras e os levantamentos em caixas automáticos, apesar da evidente desaceleração face aos dois períodos anteriores, observaram uma variação homóloga real positiva na região. As compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) aumentaram 11,9%, acompanhando o total nacional que também cresceu (19,7%) em termos

homólogos reais. Esta variação regional ocorrida nas compras em TPA foi explicada pelas compras realizadas em ambas as componentes (nacional e internacional), com destaque para o crescimento significativo nas compras regionais realizadas no estrangeiro. Os levantamentos em caixas automáticos na região aumentaram ligeiramente (0,4%), o que foi explicado pelo acréscimo homólogo real nos levantamentos no estrangeiro. A nível nacional, este indicador contraiu-se em 0,4%. Já os pagamentos em terminais automáticos registaram uma quebra homóloga real de 3,3% na região e de 2,2% no país. Esta variação regional dos pagamentos inverteu a trajetória positiva verificada desde o terceiro trimestre de 2020. A evolução destes indicadores parece já refletir, em grande medida, uma contração do consumo devido ao aumento excessivo dos preços.

As receitas de cinema na região e no país continuaram a aumentar muito significativamente no segundo trimestre de 2022 face a igual período do ano anterior. Com esta evolução, e apesar de existir um efeito de base associado à comparação homóloga, uma vez que o trimestre homólogo correspondeu a um período ainda de retoma, o setor do cinema parece continuar a evidenciar, de forma sustentada, alguma recuperação, depois de ter sido um dos setores mais afetados (com quebras de receitas de quase 100%) pelas restrições impostas à atividade económica para contenção da pandemia por COVID-19 em Portugal.

Os empréstimos concedidos para consumo diminuíram, em termos homólogos reais, na região e no país, respetivamente, em 3,4% e 4,2%, o que já não sucedia há um ano. Já o peso regional dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos cifrou-se nos 2,6%, sendo o valor mais baixo dos últimos 13 anos. A nível nacional também se registou o peso mais baixo em 13 anos (3,5%).

Quadro 12 – Consumo Privado		2T22	1T22	4T21	3T21	2T21	2021	2020
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	-3,0	3,3	2,0	-0,8	22,2	3,8	-5,5
Centro	v. h. real (%)	0,7	0,2	-3,1	7,0	22,2	6,4	-9,1
Receitas de cinema**								
Portugal	milhares	14.250,0	8.832,2	14.802,5	10.887,9	4.787,8	7.655,5	5.141,9
	v. h. real (%)	175,6	#	431,6	170,0	#	47,0	-75,3
Centro	milhares	1.628,0	961,9	1.702,8	1.418,7	573,2	926,6	636,1
	v. h. real (%)	163,0	#	397,0	192,9	#	43,9	-76,7
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	-4,2	8,4	6,9	7,9	8,6	5,4	3,9
Centro	v. h. real (%)	-3,4	8,1	7,1	8,3	9,6	6,2	5,5
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	3,5	4,4	4,5	5,3	5,3	5,4	6,6
Centro	%	2,6	2,7	2,8	3,4	3,4	3,5	4,3
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-0,4	13,6	5,1	4,0	24,9	3,8	-13,8
Centro	v. h. real (%)	0,4	15,0	5,7	5,4	25,7	5,3	-10,8
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-2,2	1,6	1,6	1,3	16,4	3,3	-3,0
Centro	v. h. real (%)	-3,3	1,8	1,2	2,6	14,1	4,7	3,9
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	19,7	37,2	20,7	14,1	38,3	13,7	-10,7
Centro	v. h. real (%)	11,9	30,2	15,7	10,8	32,3	12,1	-1,6

\* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2022 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

\*\* Os dados de 2022 das receitas de cinema são provisórios.

\*\*\* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

#: Variação homóloga real muito elevada devido ao efeito de base



Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participa a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização – PO CI; inclusão social e emprego – PO ISE; capital humano – PO CH; e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos – PO SEUR); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 é atualmente de 28,8 mil milhões de euros<sup>21</sup>, correspondendo ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros), que se destina exclusivamente à região, e ainda de concursos abertos nos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020 (programas operacionais com incidência em várias regiões, incluindo o Centro).

<sup>21</sup> Esta dotação traduz um conjunto de alterações que ocorreram no terceiro trimestre de 2021, designadamente o reforço na dotação dos Programas de Desenvolvimento Rural em 1,0 mil milhões de euros (tratando-se de recursos relativos ao quadro financeiro de 2021-2027, que são integrados no PORTUGAL 2020 com vista a apoiar o período transitório 2021-2022), bem como a alocação de uma dotação adicional relativa aos fundos *Next Generation EU* que engloba, por um lado, a iniciativa REACT-EU (instrumento de reforço da política de coesão para acelerar a recuperação da crise provocada pela pandemia COVID-19) no valor de 1,6 mil milhões de euros e, por outro, o reforço dos Programas de Desenvolvimento Rural em 354 milhões de euros (para ajudar as zonas rurais a efetuar as alterações estruturais necessárias em consonância com o Pacto Ecológico Europeu e a alcançar os objetivos ligados à Estratégia da Biodiversidade e à Estratégia do Prado ao Prato). Recorde-se que a dotação inicial do PORTUGAL 2020 era de 25,8 mil milhões de euros.

## PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

### 8,3

**mil milhões de euros**

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 30 de junho de 2022

### 551,2

**milhões de euros**

em apoios para recuperação no Centro da crise no contexto da pandemia COVID-19

<sup>22</sup> Em junho de 2022, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

Note-se ainda que, desde janeiro de 2020, deixaram de ser considerados os montantes de fundo aprovado referentes às operações com os estados “anulada” e “rescindida/revogada”.

No PORTUGAL 2020, a 30 de junho de 2022, estavam aprovados 8,3 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 12,6 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 551,2 milhões de euros traduziram-se em medidas de resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 na região. O CENTRO 2020 era o programa operacional com mais relevância, sendo responsável por 30,4% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando metade dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada (73,9%).

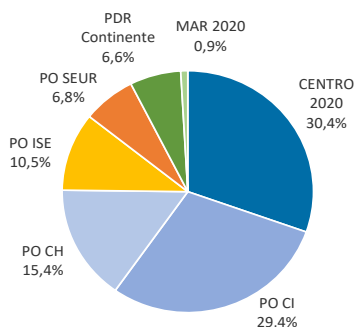
A 30 de junho de 2022, encontravam-se aprovados 8,3 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 12,6 mil milhões de euros<sup>22</sup>. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 128,6 milhões de euros nos apoios para a região, destacando-se a aprovação, pelo POCI com verbas do REACT-EU, de 43,0 milhões de euros de FEDER para projetos empresariais de inovação produtiva verde e de 13,0 milhões de euros para reabilitação da rede hidrográfica; um acréscimo de 17,8 milhões de euros nos incentivos à inovação produtiva nas empresas financiados pelo CENTRO 2020; a aprovação de mais 11,7 milhões de euros pelo programa operacional regional para financiamento do trabalho socialmente necessário; e o reforço em 9,9 milhões de euros no Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local), instrumento de apoio às micro e pequenas empresas da indústria e do turismo, financiado pelo CENTRO 2020.

O CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional), sendo o principal programa da Política de Coesão para a Região Centro, concentrava 30,4% dos apoios aprovados para o território. Seguia-se o PO CI (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, também designado por COMPETE 2020), responsável por 29,4% dos apoios captados. Juntamente com os restantes programas operacionais temáticos (PO CH, PO ISE e PO SEUR), que têm a sua incidência em várias regiões, estes quatro programas mobilizavam para o Centro 62,1% dos montantes aprovados, correspondendo a 5,1 mil milhões de euros de fundos europeus.

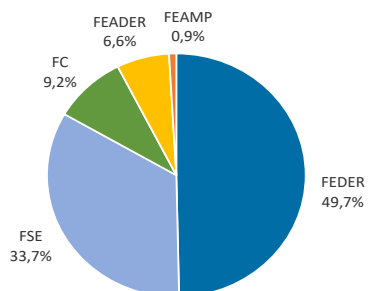
Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (30 de junho de 2022)

- PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
- PO CH – Programa Operacional Capital Humano
- PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
- PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
- PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
- MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
- FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
- FSE – Fundo Social Europeu
- FC – Fundo de Coesão
- FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



Metade das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER (49,7%), cujo volume de apoio ascendia a 4,1 mil milhões de euros. Seguiu-se o FSE, com 33,7% do total de fundos europeus aprovados, correspondendo a 2,8 mil milhões de euros. O Fundo de Coesão representava 9,2% dos fundos europeus aprovados (758,1 milhões de euros mobilizados pelo PO CI e pelo PO SEUR) e o FEADER 6,6% (544,6 milhões de euros mobilizados exclusivamente pelo PDR do Continente). O FEAMP (que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa operacional MAR 2020) tinha pouca expressão na região (0,9%).

A 30 de junho de 2022, os apoios aprovados na região para recuperação da crise no contexto da pandemia COVID-19 e preparação de uma recuperação da economia ecológica, digital e resiliente totalizavam 551,2 milhões de euros de fundos europeus, tendo-se registado um acréscimo de 65,1 milhões de euros face ao trimestre anterior. Este acréscimo foi justificado, sobretudo, pela aprovação, no POCI, de 43,0 milhões de euros de FEDER para projetos empresariais de inovação produtiva verde e de 13,0 milhões de euros para a reabilitação da rede hidrográfica e pelo reforço de 9,9 milhões de euros no fundo europeu aprovado no Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local), financiado pelo CENTRO 2020. Deste volume global de fundo europeu aprovado, 63,0% estava executado e 79,1% pago aos beneficiários.

Os 551,2 milhões de euros de fundos europeus afetos a medidas de recuperação dos efeitos da pandemia COVID-19 na região, contribuindo simultaneamente para uma economia ecológica, digital e resiliente, correspondiam a: 183,8 milhões de euros do sistema de incentivos à liquidez (programa APOIAR do PO CI); 94,1 milhões de euros do sistema de incentivos às empresas (financiados pelo PO CI e pelo CENTRO 2020); 69,3 milhões de euros do incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial (financiado pelo CENTRO 2020 para apoiar a manutenção dos postos de trabalho das empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida na sequência das medidas adotadas para contenção da pandemia por COVID-19); 64,1 milhões de euros de apoios diversos em matéria de transição climática (designadamente inovação produtiva verde, reabilitação da rede hidrográfica, ciclo urbano da água e resiliência dos territórios face ao risco, financiados pelo PO CI), 44,1 milhões de euros para os estágios ATIVAR.PT (financiados pelo PO CI); 30,7 milhões de euros referentes ao Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local) do CENTRO 2020; 30,4 milhões de euros para recuperação e consolidação das aprendizagens (financiados pelo PO CI); 29,3 milhões de euros atribuídos às escolas públicas de ensino básico (pelo CENTRO 2020) e secundário (pelo PO CH) para aquisição de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de famílias com baixos rendimentos; 3,2 milhões de euros do programa Garantir Cultura (do PO CI, para apoiar o tecido empresarial cultural no contexto da resposta à pandemia); 1,6 milhões de euros concedidos aos aquicultores como compensação pela redução da faturação devido à pandemia (pelo MAR 2020); e 509 mil euros para a realização de testes de diagnóstico COVID-19 por parte da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro (financiados pelo CENTRO 2020).

Estes apoios do PORTUGAL 2020 para resposta à crise desencadeada pelo novo coronavírus traduzem as respostas de emergência estruturadas numa primeira fase marcada pelo pico da pandemia<sup>23</sup>, mas também medidas posteriores de estabilização e recuperação económica que visam apoiar a retoma sustentada da atividade económica e de adaptação da economia à realidade pós-COVID. Destaque, neste âmbito, para a aprovação, pela Comissão Europeia, no final de setembro de 2020, da nova reprogramação financeira dos vários programas operacionais do PORTUGAL 2020, com o já referido objetivo de promover a estabilização económica e social do país e a sua recuperação. Esta reprogramação global do PORTUGAL 2020, envolvendo cerca de mil milhões de euros de fundos europeus, teve como principais linhas de atuação: reforçar o investimento público nomeadamente nas áreas sociais; apoiar a universalização da escola digital; aumentar o apoio ao emprego; e aumentar o apoio à estabilização económica. De salientar que todas estas alterações que permitiram utilizar os fundos da política de coesão para apoiar os setores mais afetados pela pandemia (como os cuidados de saúde, as pequenas e médias empresas e o mercado de trabalho) só foram possíveis devido à flexibilidade excepcional criada pelas Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus+ (CRII+). Devido a esta flexibilidade passaram a ser possíveis transferências entre fundos (FEDER, FSE e FC) e entre programas operacionais, havendo alterações na dotação global de vários programas operacionais. Posteriormente, a Comissão Europeia lançou a iniciativa REACT-UE (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa), que deu continuidade e alargou as medidas de resposta à situação de crise previstas na CRII e na CRII+.

<sup>23</sup> A título exemplificativo, refira-se ainda:

- prazos de pagamento mais reduzidos;
- flexibilização de regras de reembolso, elegibilidade e avaliação de objetivos (por exemplo, possibilidade de diferimento de prestações vincendas no que diz respeito a subsídios reembolsáveis, sem encargos de juros ou outra penalidade, em determinadas situações; elegibilidade para reembolso de despesas suportadas com iniciativas canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19 nas áreas da internacionalização e da formação; os impactos negativos decorrentes do COVID-19 poderão ser considerados motivos de força maior não imputáveis aos beneficiários na avaliação dos objetivos contratualizados no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas);
- avisos de concurso para apoiar de forma rápida e a fundo perdido empresas, entidades e laboratórios nacionais de produção de equipamentos e dispositivos médicos, testes e equipamentos de proteção individual associados ao combate à COVID-19;
- avisos de concurso para apoiar as micro empresas e as PME no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores dada a pandemia COVID-19, de forma a que sejam cumpridas as normas e regras estabelecidas pelas autoridades competentes.

Esta iniciativa, enquanto instrumento de reforço da Política da Coesão, pretende acelerar a recuperação da crise pandémica e contribuir para uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia. A 28 de junho de 2021 foi aprovada a nova reprogramação do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), que visou incorporar a dotação adicional proveniente do REACT-EU para 2021: 1.434 milhões de euros com alocação prevista a todo o continente (prevendo-se uma segunda tranche para o ano de 2022, que ainda carece de decisão da Comissão Europeia).

A Comissão Europeia lançou em abril de 2020 dois pacotes de medidas de resposta da política de coesão à crise do coronavírus: a Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII, do inglês *Coronavirus Response Investment Initiative*) e a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus Mais (CRII+).

Enquanto a CRII reencaminhou verbas não utilizadas do orçamento da União Europeia (EU) para fazer face à crise da COVID-19, a CRII+ flexibilizou as regras em matéria de despesas de coesão para aumentar a capacidade de resposta.

Assim, o primeiro pacote de medidas centrou-se na disponibilização imediata de fundos estruturais, de modo a permitir uma resposta rápida à crise através da mobilização de reservas de tesouraria disponíveis nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (fundos de coesão) para responder de modo flexível às necessidades emergentes dos setores mais expostos à crise provocada pelo surto de COVID-19, ajudando, assim, cada país da UE através de um apoio individualizado. No fundo, esta medida permitiu que os Estados Membros aplicassem verbas não utilizadas para mitigar o impacto da pandemia, em vez de devolvê-lo ao orçamento da União Europeia.

O segundo pacote complementou o primeiro ao introduzir uma flexibilidade extraordinária para permitir que todos os apoios não utilizados dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento pudessem ser plenamente mobilizados. Esta flexibilidade foi garantida através da possibilidade de transferência entre os três fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão); de transferências entre as várias categorias de regiões; e também através de flexibilidade em termos de concentração temática. Existe também a possibilidade de uma taxa de cofinanciamento da EU de 100% para os programas da política de coesão relativos ao exercício contabilístico de 2020-2021, permitindo aos Estados-Membros beneficiar plenamente do financiamento da UE para as medidas relacionadas com a crise. O pacote CRII+ simplifica também as etapas processuais ligadas à execução de programas, à utilização de instrumentos financeiros e à auditoria.

No final de 2020, foi lançada a iniciativa REACT-EU (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa, acrónimo do inglês *Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe*) que complementou as duas iniciativas anteriores, enquanto instrumento de reforço da Política da Coesão criado para acelerar a recuperação da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, em direção a uma economia ecológica, digital e resiliente. Assumindo o conjunto das medidas a implementar, está prevista uma alocação adicional de recursos para Portugal de 1.971 milhões de euros ao longo de 2021 e 2022, que serão refletidos no PO CI (Portugal Continental) e nos Programas Operacionais dos Açores e da Madeira. A programação do REACT-EU no contexto do PORTUGAL 2020 apresenta as seguintes linhas de força: apoio à sobrevivência e estabilização da atividade empresarial (reforçar o apoio aos setores mais atingidos pela crise); apoio à manutenção e criação de emprego; apoio à resiliência do sistema de saúde (resposta às necessidades que resultam do combate à pandemia); apoio à recuperação e consolidação das aprendizagens; reforço do apoio à transição climática.

Estas medidas não têm precedentes e justificam-se pela situação extraordinária provocada pelo surto de coronavírus.

### Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até 30 de junho de 2022, estavam aprovados 5,8 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 8,8 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (30 de junho de 2022)*	Aprovações		Execução Financeira				
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Pagamentos	Taxa de realização**	Taxa de pagamento***
	Milhares de euros		Milhares de euros			%	
Total - Centro	8.846.883	5.759.709	x	x	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	4.439.898	2.431.646	2.466.150	1.449.523	1.629.284	59,6	67,0
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.498.565	1.275.386	1.107.755	943.105	975.381	73,9	76,5
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	1.010.570	866.934	680.307	585.805	643.529	67,6	74,2
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	691.667	566.530	415.872	362.932	356.272	64,1	62,9
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)*	1.039.715	544.559	x	x	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	166.467	74.653	122.287	53.458	54.085	71,6	72,4

\* No caso do PDR, os valores apresentados correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

\*\* Taxa de realização = fundo executado / fundo aprovado x 100

\*\*\* Taxa de pagamento = pagamentos / fundo aprovado x 100

x: Não disponível

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até 30 de junho de 2022, estavam aprovados 4,4 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundos europeus de 2,4 mil milhões de euros. Os fundos executados ascendiam a 1,4 mil milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 59,6% (que compara o fundo executado com o fundo aprovado). Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um aumento de 64,8 milhões de euros dos fundos aprovados (justificado, sobretudo, por intervenções financiadas pela programação REACT-EU) e de 36,3 milhões de euros dos fundos executados, que se refletiu numa diminuição de 0,1 pontos percentuais na taxa de realização. Os pagamentos aos beneficiários das operações financiadas totalizavam 1,6 mil milhões de euros, representando 67,0% do volume de fundos aprovados neste programa operacional para a região (taxa de pagamento).

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados pelo COMPETE 2020 na região (61,5%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (que totalizavam 971,4 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT) e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (322,5 e 201,7 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 7,2% dos fundos europeus aprovados e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC), complementar a montante e a jusante ao sistema de incentivos às empresas, 3,9%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 9,7% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,0 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,5 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,7 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,7% dos fundos europeus aprovados (perfazendo 65,7 milhões de euros), tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, nesta tipologia, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com 5,1 milhões de euros de incentivo aprovado para projetos de transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade, ou a Universidade de Coimbra, com um montante também de 3,6 milhões de euros de fundo aprovado para modernização administrativa, soluções de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos.

De referir ainda os instrumentos financeiros com incidência na região: o Fundo de Capital e Quase-Capital, instrumento vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,0%); e o Fundo para a Inovação Social<sup>24</sup>, instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social, com um FSE aprovado na região de 14,0 milhões de euros (0,6%).

O sistema de incentivos à liquidez, também designado por programa APOIAR, criado em novembro de 2020 como um instrumento de apoio à tesouraria das empresas de menor dimensão de setores de atividade particularmente afetados pelas medidas de proteção da saúde pública associadas à pandemia por COVID-19, concentrava 184,2 milhões de euros de FEDER, correspondendo a 7,6% do total de fundos europeus aprovados no PO CI.

Os estágios ATIVAR.PT, que visam complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade, através da aquisição de novas formações e competências junto das empresas, absorviam 44,1 milhões de euros de FSE (totalmente aprovados neste trimestre), correspondendo a 1,8% do total de fundos europeus neste programa operacional

Estavam ainda aprovados 30,4 milhões de euros de FSE (1,3%) para recuperação e consolidação de aprendizagens através do reforço dos recursos humanos alocados às escolas para desenvolvimento de medidas de apoio educativo como forma de combater as consequências que os confinamentos decretados durante a pandemia de COVID-19 tiveram nas aprendizagens dos alunos no ano letivo 2020/2021.

De destacar, neste trimestre, a aprovação de 43,0 milhões de euros de FEDER (com verbas do REACT-EU) para projetos empresariais de inovação produtiva verde (1,8%), ou seja, investimentos que visem a descarbonização, a eficiência energética, o recurso a fontes de energias renováveis, cogeração de alta eficiência na indústria e serviços ou a introdução de produtos/serviços circulares e com baixas emissões de carbono.

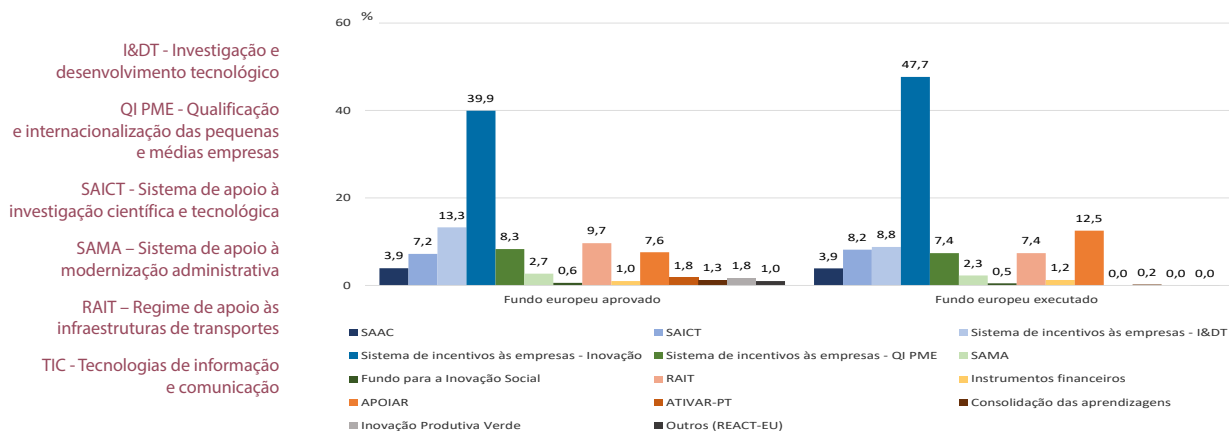
As restantes medidas, todas financiadas pelo programa REACT-EU, totalizavam 24,3 milhões de euros (1,0% do total de fundos aprovados) correspondendo 3,2 milhões de euros a fundos atribuídos ao tecido empresarial do setor cultural e artístico no programa Garantir Cultura (um apoio universal a fundo perdido para mitigação dos impactos da crise pandémica no setor cultural e para estímulo à gradual retoma da sua atividade, permitindo a remuneração do trabalho artístico e técnico) e os restantes 21,1 milhões de euros para apoiar a transição climática, designadamente: 13,0 milhões de euros, aprovados neste trimestre, para reabilitação da rede hidrográfica (medida que complementa outras respostas já apoiadas pelo PORTUGAL 2020); 8,0 milhões de euros para investimentos em infraestruturas de saneamento

<sup>24</sup> Em termos programáticos, o Fundo para a Inovação Social tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

de águas residuais (3,0 milhões de euros para melhorar a acessibilidade física aos serviços de saneamento em áreas ainda não servidas na Região de Aveiro e 5,0 milhões de euros para intervenções prioritárias no sistema de saneamento de Alcanena dada a forte contribuição industrial de curtumes com presença relevante de sulfuretos); e 75 mil euros para aumentar a resiliência dos territórios face ao risco (medida que visa o adensamento e recuperação de áreas ambientalmente sensíveis e suscetíveis à desertificação e a arborização crescente de espaços artificializados em meio urbano).

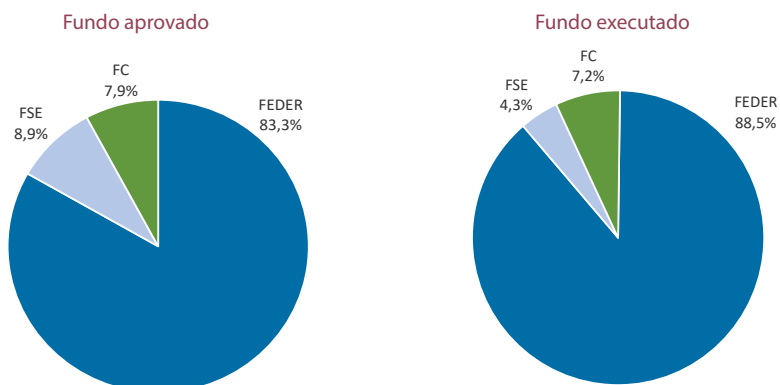
Assim, relativamente aos apoios para recuperação dos efeitos da pandemia por COVID-19, até 30 de junho de 2022, o COMPETE 2020 tinha aprovado, na região, 374,3 milhões de euros de fundo europeu. Este montante foi mobilizado pelos já referidos programa APOIAR (183,8 milhões de euros), programa Garantir Cultura (3,2 milhões de euros), estágios ATIVAR.PT (44,1 milhões de euros), por medidas para consolidação de aprendizagens (30,4 milhões de euros), por apoios para adaptação às alterações climáticas (64,1 milhões de euros, para inovação produtiva verde, reabilitação da rede hidrográfica, ciclo urbano da água e resiliência dos territórios face ao risco) e também por avisos específicos do sistema de incentivos às empresas (48,5 milhões de euros, correspondendo a 3,2% do total aprovado neste instrumento de apoio às empresas), sobretudo, pela via da inovação produtiva (79,3%) e, em menor escala, pela investigação e desenvolvimento empresarial (17,3%) e pela qualificação de PME (3,4%). Estavam validados 218,1 milhões de euros de fundo (ou seja, 58,3% do total aprovado) e pagos aos beneficiários 297,5 milhões de euros (correspondendo a 79,5% do total aprovado).

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2022)



A grande maioria dos fundos europeus aprovados pelo PO CI para projetos na região teve cofinanciamento FEDER (83,3%), existindo também comparticipações pelo Fundo de Coesão (7,9%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (8,9%). No caso do FSE, tratava-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME e de planos de formação autónoma, do cofinanciamento de formação de trabalhadores da Administração Pública integrada em candidaturas ao SAMA, do Fundo para a Inovação Social, do cofinanciamento de medidas de capacitação integradas em candidaturas ao SAAC, dos apoios à consolidação de aprendizagens e dos estágios ATIVAR.PT.

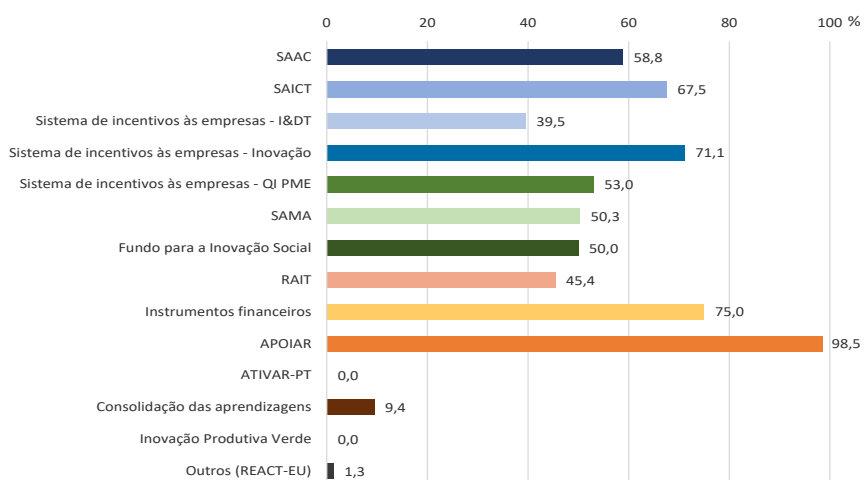
Distribuição do fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (30 de junho de 2022)



Analisando a distribuição do fundo executado pelas várias tipologias, verificava-se uma prevalência ainda maior do sistema de incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 47,7% do total do fundo executado), do programa APOIAR (12,5%), do SAICT (8,2%), dos instrumentos financeiros (1,2%) e do FEDER enquanto fundo financiador (88,5%). Nas restantes tipologias e fundos financiadores, o peso do fundo executado era sempre inferior ao peso do respetivo fundo aprovado, sendo que nas respostas mais recentes ainda não existia fundo europeu validado (como é o caso dos estágios ATIVAR.PT e dos diversos tipos de apoios para adaptação às alterações climáticas).

Considerando as taxas de realização, que comparam o fundo validado com o fundo aprovado em cada tipologia, destacavam-se, pelas elevadas realizações, as mesmas tipologias referidas anteriormente: programa APOIAR (98,5%), instrumentos financeiros (75,0%), o sistema de incentivos à inovação (71,1%) e o SAICT (67,5%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 59,6%).

Taxa de realização no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2022)





No **Programa Operacional Capital Humano** (PO CH), que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 30 de junho de 2022, na Região Centro, estavam aprovados 1,3 mil milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,5 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 943,1 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 73,9% (a mais elevada entre os vários programas operacionais na região). Neste trimestre registou-se um decréscimo líquido de 15,0 milhões de euros nos apoios aprovados (significando que, neste trimestre, os montantes de fundo associados às candidaturas anuladas e revogadas/rescindidas superaram os valores das novas aprovações), tendo o fundo executado aumentado 40,9 milhões de euros. Como repercussão, a taxa de realização aumentou 4,0 pontos percentuais. No final do segundo trimestre de 2022, os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 975,4 milhões de euros, o que representava 76,5% do volume de fundos aprovados (a taxa de pagamento mais elevada dos vários programas operacionais na região).

Mais de metade dos fundos europeus aprovados neste programa operacional destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (57,8%, totalizando 737,3 milhões de euros de FSE), que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho.

Destacavam-se também os apoios para promover a aprendizagem ao longo da vida (18,6%, correspondendo a 237,8 milhões de euros), tratando-se de cursos de educação e formação de adultos (que permitem completar qualquer ciclo do ensino não superior ou obtenção de uma certificação profissional: 107,5 milhões de euros de FSE aprovado), cursos de aprendizagem (para conclusão do ensino secundário: 59,3 milhões de euros) e apoios aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e Centros Qualifica (direcionados a jovens e adultos que procurem desenvolver ou certificar as suas competências: 71,0 milhões de euros).

A formação superior e avançada concentrava 13,9% do fundo aprovado (177,7 milhões de euros de FSE), traduzindo-se, sobretudo, em bolsas de estudo para alunos carenciados (133,9 milhões de euros), mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, na comparticipação de cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e no financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior<sup>25</sup>.

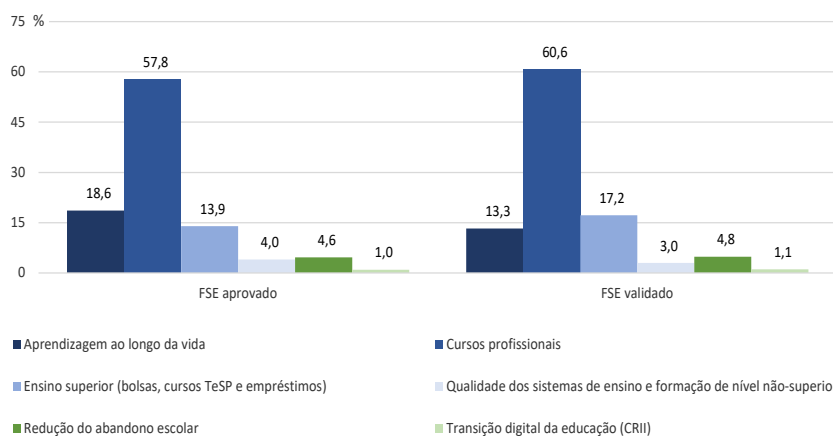
O combate ao abandono escolar absorvia 4,6% do FSE aprovado, traduzindo-se no financiamento de ofertas alternativas do ensino básico, como sejam os cursos de educação e formação de jovens (35,2 milhões de euros), os cursos básicos do ensino artístico e especializado (12,8 milhões de euros) e os cursos vocacionais (11,2 milhões de euros).

Os apoios à qualidade e à inovação dos sistemas de ensino e formação de nível não-superior concentravam 4,0% do FSE aprovado, correspondendo a 50,9 milhões de euros dirigidos a intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação e formação de jovens com vista à promoção do sucesso escolar (onde se destaca o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, o Plano Integrado de Recuperação das Aprendizagens na sequência da pandemia por COVID-19, os clubes de ciência viva nas escolas, entre outras medidas), à formação de docentes e outros agentes de educação e formação, ao desenvolvimento dos Serviços de Psicologia e Orientação e a ações de inovação social na área educativa.

De destacar ainda, no âmbito dos apoios concedidos na sequência da pandemia por COVID-19, os 12,3 milhões de euros de FSE aprovados para a Transição Digital da Educação (1,0%), correspondendo a apoios para as escolas públicas do ensino secundário da região para aquisição de computadores, conectividade e serviços conexos para os alunos inseridos em famílias com baixos rendimentos, uma vez que a crise pandémica e o ensino à distância vieram revelar várias fragilidades.

<sup>25</sup> Após a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), os cursos TesP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixaram de ser elegíveis no PO CH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passaram a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passaram a ser apoiados pelo PO ISE.

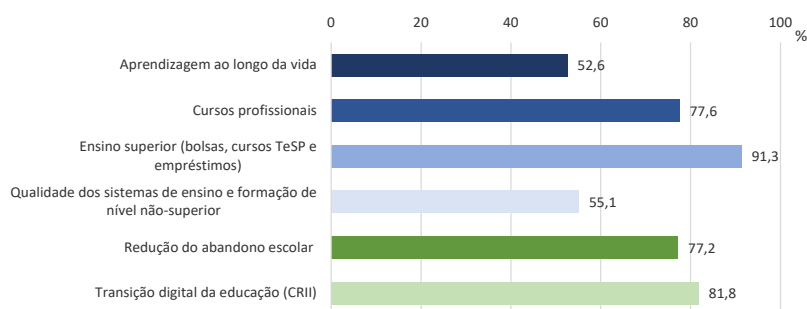
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2022)



Quanto à execução, destacavam-se, com os maiores montantes de fundo executado, os cursos profissionais (60,6%) e os apoios ao ensino superior e formação avançada (17,2%).

Já as taxas de realização mais elevadas eram as referentes ao ensino superior (91,3%, valor determinado em grande medida pela elevada execução das bolsas de ensino superior para alunos carenciados e das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento), à transição digital da educação (81,8%), aos cursos profissionais (77,6%) e aos cursos financiados no âmbito do combate ao abandono escolar (77,2%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 73,9%).

Taxa de realização no Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2022)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego** (PO ISE), que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do segundo trimestre de 2022, estavam aprovados, na Região Centro, 1,0 mil milhões de euros de despesa elegível e 866,9 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 585,8 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 67,6%. Neste trimestre, o fundo aprovado diminuiu 2,1 milhões de euros (situação habitual no final dos ciclos de programação para possibilitar a utilização da totalidade dos recursos disponíveis) e o fundo executado aumentou 25,7 milhões de euros, o que implicou um aumento da taxa de realização em 3,1 pontos percentuais. Os pagamentos aos beneficiários das operações do PO ISE totalizavam 643,5 milhões de euros, traduzindo uma taxa de pagamento de 74,2%.

A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 17,0% do FSE aprovado (147,2 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

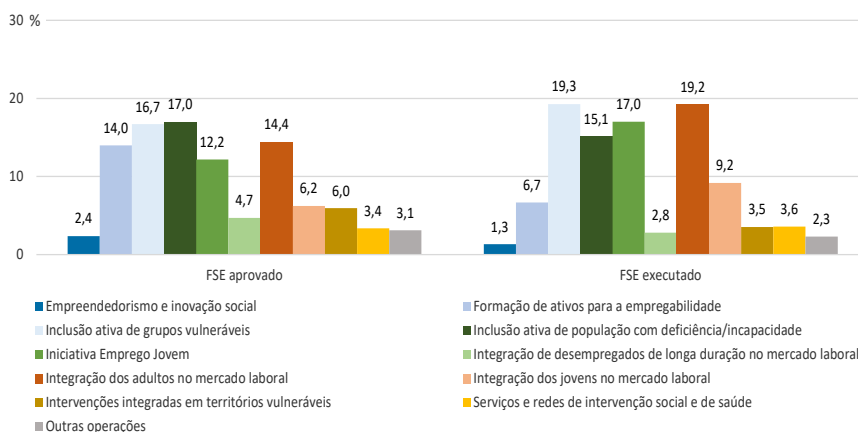
A inclusão ativa de grupos vulneráveis concentrava 16,7% do FSE aprovado (144,8 milhões de euros), tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados<sup>26</sup>, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior (131,1 milhões de euros), mas também de ações de capacitação para a inclusão que apostam, fundamentalmente, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente vulneráveis.

A integração de adultos no mercado laboral concentrava 14,4% do FSE aprovado (125,1 milhões de euros), traduzindo-se em estágios e apoios à contratação que visam estimular a criação líquida de emprego. Já a formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados) representava 14,0% do FSE aprovado (121,2 milhões de euros).

Outra parte relevante do fundo aprovado (12,2%, totalizando 105,6 milhões de euros de FSE aprovado) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração pública e em contexto internacional, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

<sup>26</sup> Como já referido anteriormente, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), as bolsas de ensino superior para alunos carenciados passaram a ser apoiadas por este programa operacional e deixaram de ser elegíveis no PO CH.

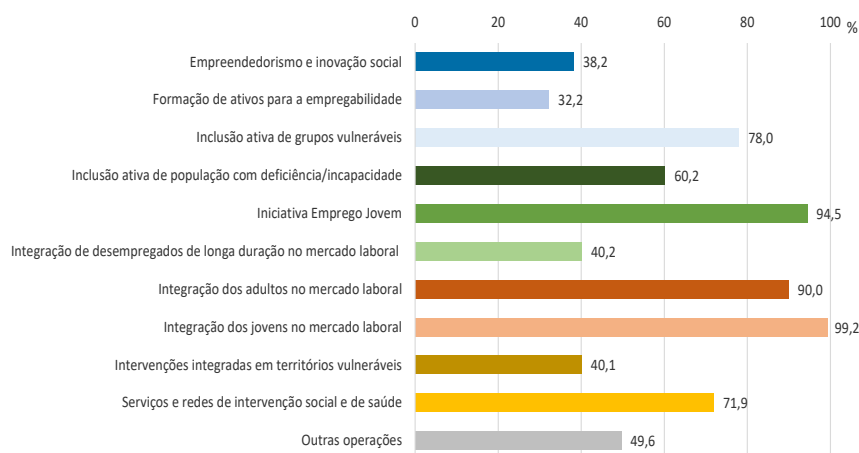
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2022)



Quanto à execução, evidenciavam-se com os maiores montantes de fundo executado, a inclusão ativa de grupos vulneráveis (19,3%), a integração de adultos no mercado laboral (19,2%), a Iniciativa Emprego Jovem (17,0%) e a inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade (15,1%).

Considerando as taxas de realização, destacavam-se a integração dos jovens (fora da IEJ) no mercado laboral (99,2%), a Iniciativa Emprego Jovem (94,5%), a integração dos adultos no mercado laboral (90,0%), a inclusão ativa de grupos vulneráveis (78,0%) e os serviços e redes de intervenção social e de saúde (71,9%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 67,6%).

Taxa de realização no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2022)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 30 de junho de 2022, estavam aprovados, na Região Centro, 691,7 milhões de euros de despesa elegível e 566,5 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 64,1%, com o fundo executado a ascender a 362,9 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos aprovados diminuíram em termos líquidos 1,5 milhões de euros, enquanto os fundos executados aumentaram 13,8 milhões de euros, o que se traduziu num acréscimo de 2,6 pontos percentuais na taxa de realização deste programa operacional na região. Os pagamentos aos beneficiários da região de apoios do POSEUR ascendiam a 356,3 milhões de euros, representando 62,9% dos fundos aprovados.

O ciclo urbano da água absorvia 35,5% do fundo europeu aprovado (201,0 milhões de euros) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de estações de tratamento de águas residuais, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem e execução de redes de saneamento de águas residuais.

As ações de eficiência energética representavam 19,8% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,4%), transportes (15,0%) e infraestruturas públicas (4,4%). As ações de eficiência energética nos transportes públicos perfaziam 84,8 milhões de euros de fundo europeu aprovado, destacando-se, nesta medida, o Sistema de Mobilidade do Mondego, com 57,3 milhões de euros de fundo de coesão aprovado, que visa a implementação de um MetroBus no antigo ramal ferroviário da Lousã e na área urbana de Coimbra, ligando os municípios da Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra. As iniciativas de eficiência energética nas infraestruturas públicas totalizavam 25,4 milhões de euros, tratando-se, sobretudo, da implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia como hospitais, instituições de ensino superior, entre outros.

As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos perfaziam 66,0 milhões de euros, representando 11,7% do incentivo aprovado, tratando-se de abordagens direcionadas para a prevenção de determinados riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos elevados montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (12,4 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

Os projetos de prevenção da erosão costeira (um tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 11,6% do fundo aprovado, totalizando 65,6 milhões de euros. Destacavam-se, pelos elevados apoios, as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (20,8 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (15,0 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova-Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (5,8 milhões de euros).

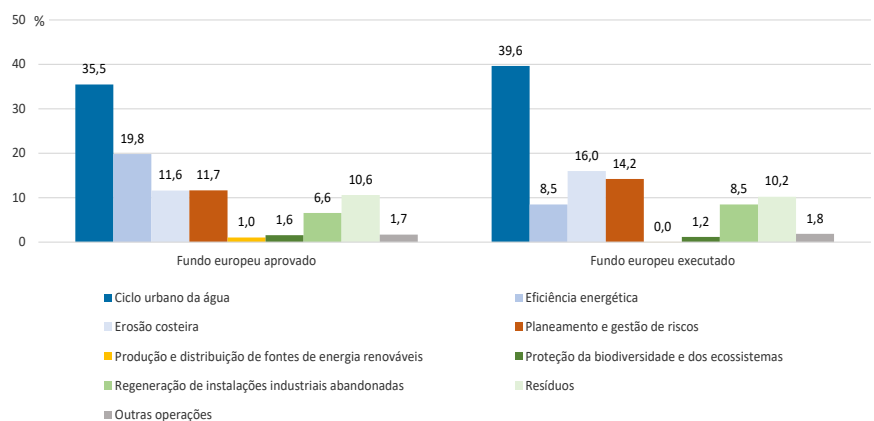
A valorização de resíduos representava 10,6% de fundo europeu aprovado (60,0 milhões de euros). Evidenciavam-se, pela sua relevância, o incentivo de 15,6 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão<sup>27</sup>, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais, o apoio de 6,3 milhões de euros para implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos dessa mesma unidade e o incentivo de 5,1 milhões de euros para aumento da capacidade de valorização orgânica do tratamento mecânico e biológico de Leiria.

<sup>27</sup> A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

A regeneração de instalações industriais abandonadas concentrava 6,6% do fundo aprovado (37,1 milhões de euros), destacando-se a fase final da recuperação ambiental da antiga área mineira da Urgeiriça, no município de Nelas (9,7 milhões de euros de fundo de coesão), a fase II da remediação ambiental de vala hidráulica de S. Filipe, no município de Estarreja (6,1 milhões de euros) e a recuperação ambiental de diversas áreas mineiras no município de Trancoso (5,4 milhões de euros).

Os apoios à produção e distribuição de fontes de energia renováveis absorviam 1,0% do fundo de coesão aprovado, correspondendo a 5,9 milhões de euros, destacando-se, pelos montantes de apoio atribuído, a implementação de duas centrais de produção de hidrogénio: uma na Marinha Grande (3,5 milhões de euros) e a outra no Cadaval (2,3 milhões de euros).

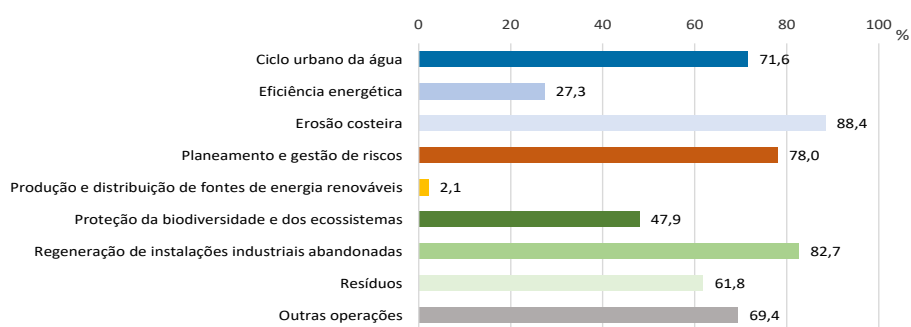
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de junho de 2022)



Quanto ao volume de fundo executado por categoria de intervenção, o ciclo urbano da água era o que mais de destacava com 39,6% dos apoios validados, seguindo-se a erosão costeira (16,0%) e o planeamento e gestão de riscos (14,2%).

No entanto, com as taxas de realização mais elevadas destacava-se a erosão costeira (88,4%), a regeneração de instalações industriais abandonadas (82,7%), o planeamento e gestão de riscos (78,0%) e o ciclo urbano da água (71,6%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da média do programa operacional na região (64,1%).

Taxa de realização no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de junho de 2022)



No **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 30 de junho de 2022, na Região Centro, estavam aprovados 1,0 mil milhões de euros de despesa elegível e 544,6 milhões de euros de FEADER<sup>28</sup>. O fundo europeu aprovado conheceu, neste trimestre, um acréscimo de 16,3 milhões de euros.

Para este nível de compromisso contribuíram os projetos aprovados na ação investimento na exploração agrícola, totalizando 153,2 milhões de euros de FEADER (28,1% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

O desenvolvimento local era responsável por 13,3% do fundo europeu aprovado, sendo operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 72,6 milhões de euros de fundo aprovado nesta área do desenvolvimento local, 23,3 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, funcionamento, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 49,3 milhões de euros correspondiam à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias<sup>29</sup>.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorviam 10,4% do fundo europeu (56,6 milhões de euros). Destacavam-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), a modernização do aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), a modernização do aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

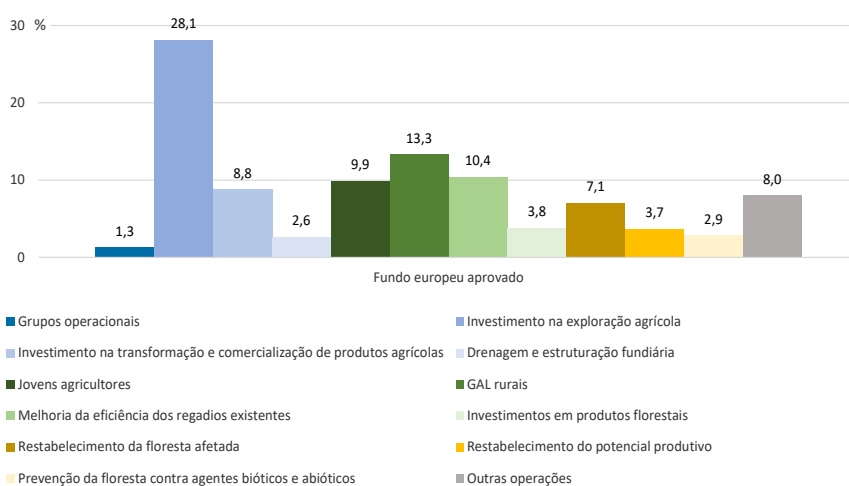
De destacar, ainda, os apoios a jovens agricultores que absorviam 9,9% do FEADER aprovado (totalizando 54,1 milhões de euros) e os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor e concentravam 8,8% do fundo aprovado (47,9 milhões de euros)<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> Estes valores correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

<sup>29</sup> Estas operações foram aprovadas nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

<sup>30</sup> Trata-se de um elevado número de pequenos projetos de investimento para aquisição de equipamentos, mecanização das atividades agrícolas, plantação de árvores de fruto e espécies hortícolas, instalação de novas explorações (agrícolas e pecuárias), construção de pavilhões e estufas, entre outros.

Fundo europeu aprovado no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2022)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 30 de junho de 2022, na Região Centro, tinham sido aprovados 166,5 milhões de euros de despesa elegível e 74,7 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 71,6%, ascendendo o fundo validado a 53,5 milhões de euros. Os pagamentos aos beneficiários totalizavam 54,1 milhões de euros, representando 72,4% dos fundos aprovados. Neste trimestre, a taxa de realização aumentou 3,8 pontos percentuais, decorrente do decréscimo de 0,8 milhões de euros no fundo aprovado e do aumento de 2,3 milhões de euros no fundo executado.

No final de junho de 2022, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 42,5% do fundo aprovado, correspondendo a 31,8 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 12,9 milhões de euros e uma participação financeira de FEAMP de 4,8 milhões de euros. Ainda de referir pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

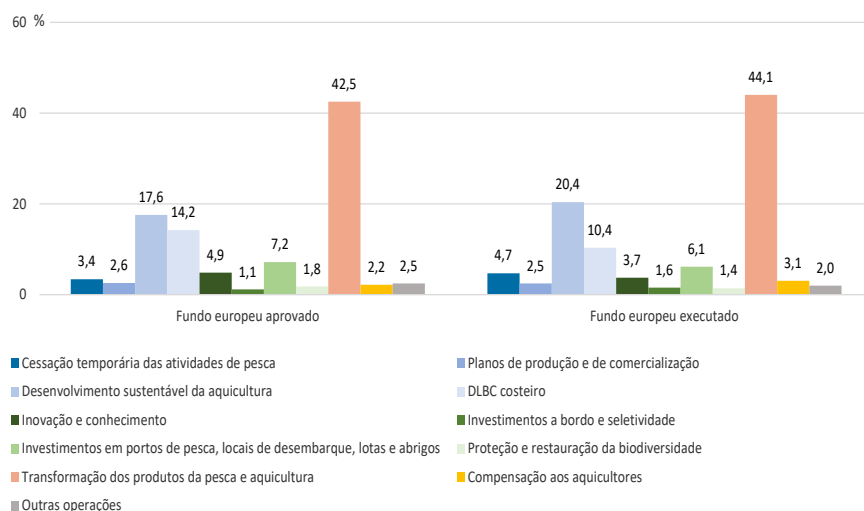
Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura concentravam 17,6% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, três projetos empresariais, em Mira, referentes a uma maternidade de peixes marinhos, a uma unidade de engorda de linguado e à modernização de uma unidade de produção de pregado, cada um com 1,5 milhões de euros de FEAMP aprovado, e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável, com um fundo de aproximadamente um milhão de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 10,6 milhões de euros (14,2%). Deste montante, 2,1 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 8,5 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Alcobaça, Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Leiria, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Óbidos, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos com 7,2% do FEAMP aprovado e operações financiadas em Aveiro, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Murtosa, Nazaré, Peniche e Torres Vedras.

Pelo seu carácter de excecionalidade, é também de salientar os apoios concedidos aos aqüicultores como compensação pela redução da faturação devido à pandemia COVID-19, no valor de 1,6 milhões de euros (2,2%).

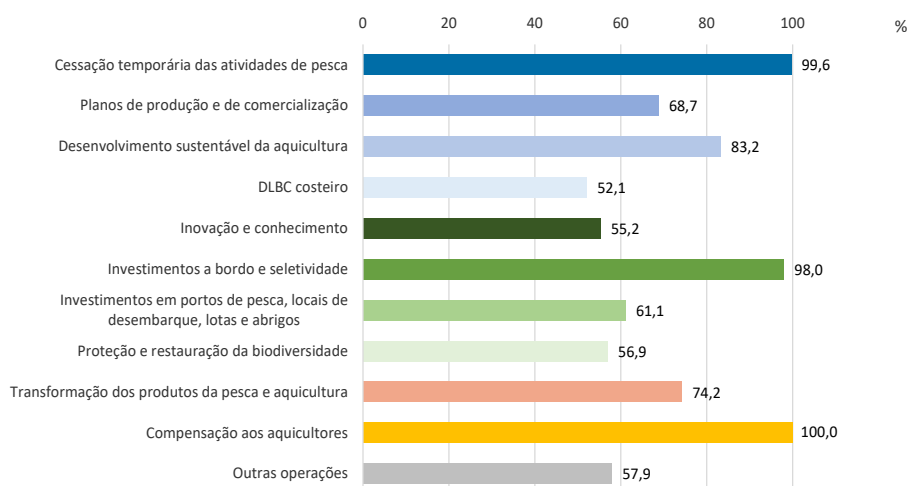
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de junho de 2022)



Quanto   execu o, destacavam-se pelos elevados montantes de fundo executado, as medidas que também absorviam a maioria do fundo aprovado, ou seja, a transforma o dos produtos da pesca e da aqüicultura (44,1% do total validado), o desenvolvimento sustentável da aqüicultura (20,4%) e o desenvolvimento local costeiro (10,4%).

No entanto, as medidas com as taxas de realiza o mais elevadas (que comparam o fundo validado com o respetivo fundo aprovado) eram as compensa es aos aq icultores devido   pandemia (100%), a cessa o temporária das atividades de pesca (99,6%), os investimentos a bordo e seletividade (98,0%) e o desenvolvimento sustentável da aqüicultura (83,2%).

Taxa de realiza o no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de junho de 2022)





## CENTRO 2020

A 30 de junho de 2022, 134,3% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 469 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 22.953 candidaturas, com intenções de investimento na região de 8,7 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus. O facto de a dotação a concurso ser superior à dotação do programa resulta de uma gestão antecipada por parte da autoridade de gestão, uma vez que se prevê que possa haver descomprometimento de fundos europeus não utilizados em algumas operações e/ou que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, podendo libertar fundos para novas aprovações. Esta situação é habitual com a aproximação do final dos ciclos de programação, sendo uma prática de gestão que tem como objetivo utilizar a totalidade dos recursos disponíveis.

No final de junho de 2022 tinham sido aprovadas 9.411 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento elegível na região de 3,8 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 2,5 mil milhões de euros de fundos europeus. O acréscimo de fundos aprovados neste trimestre foi de 66,9 milhões de euros. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 467 mil euros e um apoio europeu de 267 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		junho 2022	março 2022	dezembro 2021	setembro 2021	junho 2021
<b>Concursos</b>						
Total	número	469	468	464	460	454
Fundo europeu	milhões €	2.893,4	2.880,3	2.837,8	2.814,3	2.735,3
	% da dotação de fundo	134,3	133,7	131,7	130,6	126,9
Em aberto	número	2	2	3	6	4
Fundo europeu	milhões €	3,1	35,0	10,0	31,5	57,0
Encerrados	número	467	466	461	454	450
Fundo europeu	milhões €	2.890,2	2.845,3	2.827,8	2.782,8	2.678,3
<b>Candidaturas apresentadas</b>						
Total	número	22.953	23.012	22.974	22.968	22.438
Investimento total previsto	milhões €	8.689,8	8.792,0	8.768,2	8.726,9	8.055,3
<b>Operações aprovadas</b>						
Total	número	9.411	9.724	9.661	9.636	9.421
Investimento total	milhões €	4.392,8	4.234,2	4.181,8	4.011,2	3.840,4
Investimento elegível	milhões €	3.782,7	3.647,7	3.600,5	3.462,4	3.295,5
Fundo europeu	milhões €	2.517,4	2.450,5	2.409,9	2.328,3	2.194,7

O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 51,4% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 2,2 mil milhões de euros de investimento elegível e 1,3 mil milhões de euros de incentivos.

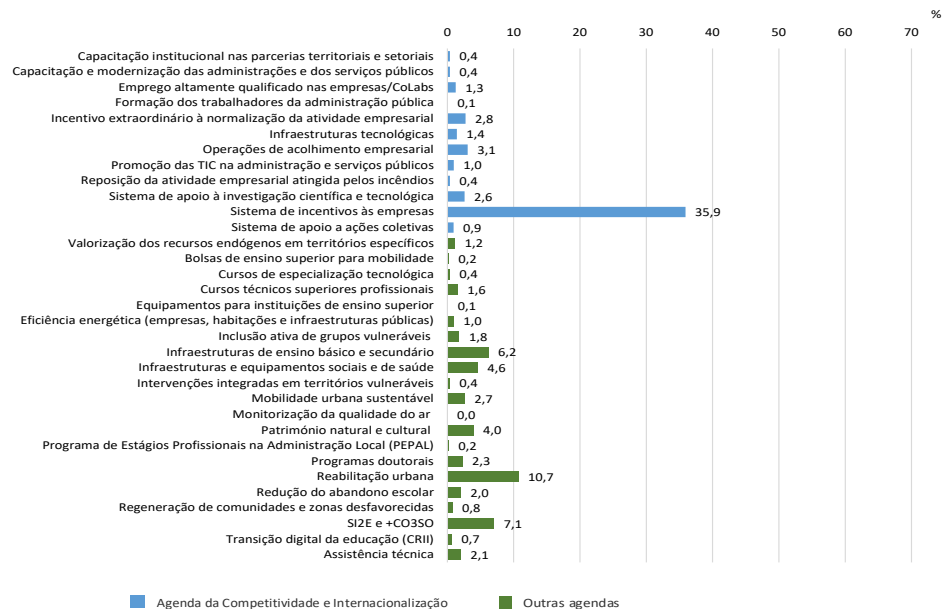
A maioria destas aprovações respeitavam ao sistema de incentivos às empresas, com 904,4 milhões de euros de incentivo atribuído (após um acréscimo líquido de 17,5 milhões de euros neste trimestre, justificado, sobretudo, pelos incentivos à inovação empresarial), correspondendo a 35,9% do fundo europeu total aprovado.

As operações de acolhimento empresarial concentravam 3,1% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 2,6% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

De destacar ainda neste domínio da competitividade, o incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial (aprovado no início de setembro de 2021), que totalizava 69,3 milhões de euros (2,8%), destinado a apoiar a manutenção dos postos de trabalho das empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida na sequência das medidas adotadas para contenção da pandemia por COVID-19.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2022)



<sup>31</sup> O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 1,2 mil milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (10,7%, totalizando 269,6 milhões de euros de fundo aprovado), a infraestruturas escolares de ensino pré-escolar, básico e secundário (6,2%, perfazendo 156,0 milhões de euros de fundo aprovado), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (4,6%, totalizando 115,6 milhões de euros), ao património natural e cultural (4,0%), à mobilidade urbana sustentável (2,7%), a programas doutorais (2,3%), à redução do abandono escolar (2,0%, correspondendo ao financiamento dos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e ao aprofundamento dos Programas Territórios Educativos de Intervenção Prioritária<sup>31</sup> promovidos pelas escolas), aos cursos técnico superiores profissionais (1,6%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,8%), traduzindo-se, estes últimos, sobretudo em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção (tipologia que, neste trimestre, teve um acréscimo de fundo aprovado de 11,7 milhões de euros).

De salientar que, dos 269,6 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

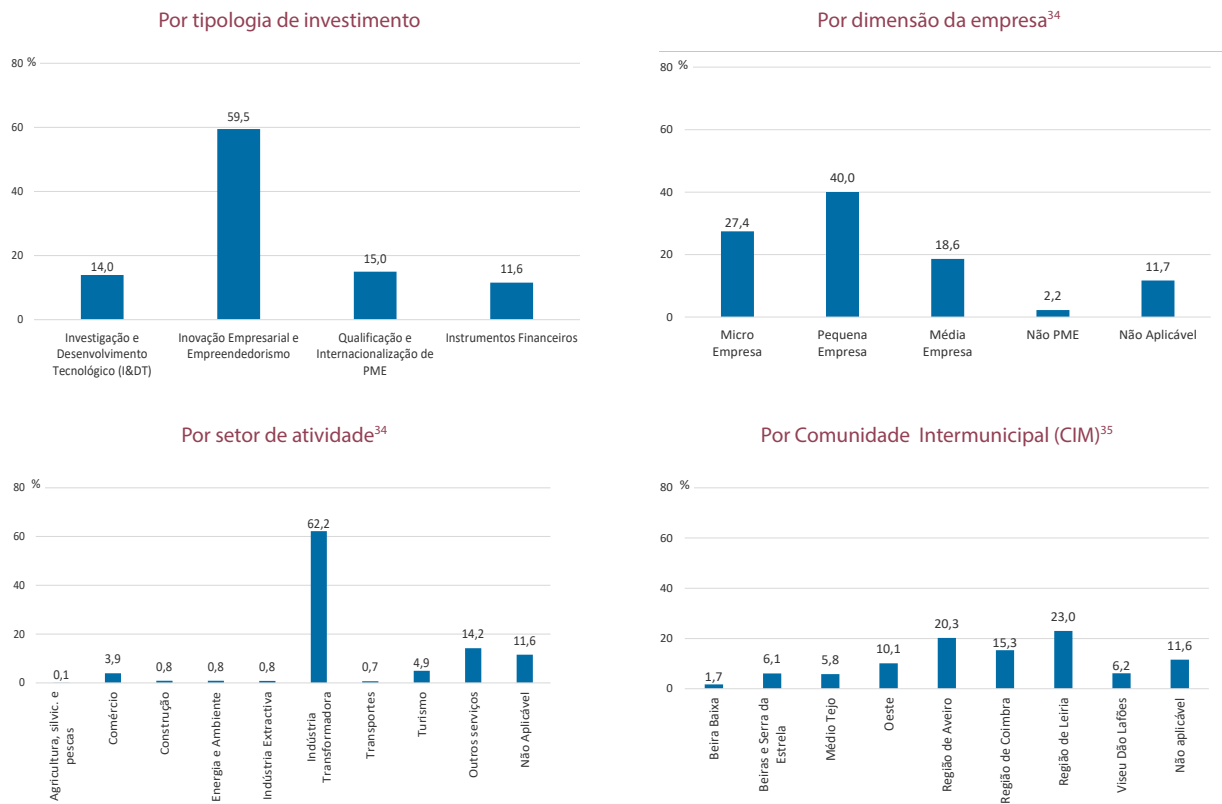
De referir ainda, pela sua relevância, os incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (que compreendem o SI2E, o +CO3SO Emprego e o Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local)), que concentravam 178,0 milhões de euros de fundos europeus (7,1%). Note-se que, durante o segundo trimestre de 2017, foram lançados os primeiros avisos de concurso do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados). Para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as comunidades intermunicipais (CIM) e os grupos de ação local (GAL), uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros. Adicionalmente, em julho de 2020, foram abertos os primeiros avisos de concurso do novo Sistema de Apoios ao Emprego e ao Empreendedorismo, denominado +CO3SO Emprego, instrumento que visa também apoiar a criação de emprego e o empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social. No primeiro trimestre de 2021, foram lançados, pelo CENTRO 2020, oito avisos de concurso (um por cada CIM) do Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local), instrumento de apoio às micro e pequenas empresas da indústria e do turismo, para expansão e modernização da sua produção, contribuindo para reduzir a dependência do país face ao exterior, para projetos até 235 mil euros. No final de junho de 2022, apenas a CIM da Região de Aveiro não tinha ainda projetos aprovados neste instrumento, que já totalizava 30,7 milhões de euros de fundo europeu aprovado, após um acréscimo de 9,9 milhões de euros neste trimestre.

<sup>32</sup> Trata-se do Fundo de Capital e Quase-Capital (que totalizava um FEDER aprovado na região de 60,0 milhões de euros) e do Fundo de Dívida e Garantia (com um FEDER aprovado de 44,7 milhões de euros).

<sup>33</sup> O Banco Português de Fomento foi constituído no dia 3 de novembro de 2020 através da fusão da PME Investimentos – Sociedade de Investimento S.A. e da IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento S.A. Esta instituição tem como missão apoiar o desenvolvimento económico e social de Portugal, através da criação e disponibilização de soluções inovadoras e adequadas às necessidades e desafios do ecossistema empresarial, potenciando a capacidade empreendedora e a criação de emprego, e promovendo a sustentabilidade e a coesão económica, social e territorial do país.

Detalhando o sistema de incentivos às empresas dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio (904,4 milhões de euros), 59,5% dirigia-se à inovação empresarial e empreendedorismo (537,9 milhões de euros), enquanto apenas 14,0% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (11,6% do fundo aprovado no sistema de incentivos às empresas)<sup>32</sup>, valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e o Banco Português de Fomento (ex-Instituição Financeira de Desenvolvimento)<sup>33</sup>. Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (40,0%) e microempresas (27,4%) e à indústria transformadora (62,2%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria (23,0%) e a Região de Aveiro (20,3%) foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser menor. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (30 de junho de 2022)



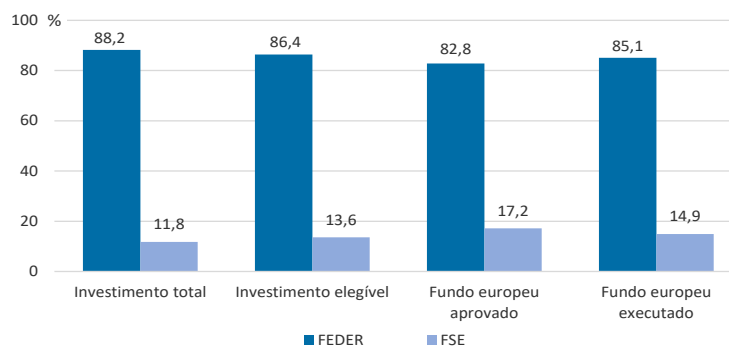
<sup>34</sup> A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas.

<sup>35</sup> A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas e as operações com investimento em mais do que uma sub-região do Centro.

Foi também através do sistema de incentivos às empresas que, no CENTRO 2020, se operacionalizaram algumas das medidas de resposta à pandemia direcionadas às empresas. Assim, até 30 de junho de 2022, neste âmbito, tinham sido aprovados, no sistema de incentivos às empresas, 45,5 milhões de euros de fundo europeu (5,0% do total aprovado pelo programa operacional regional no sistema de incentivos às empresas). Este montante de incentivo foi direcionado sobretudo para a inovação produtiva (69,6%) e, em menor escala, para a qualificação de PME (9,4%) e para a IDT (21,0%). Como já referido, em termos de apoios empresariais, o CENTRO 2020 financiou também 69,3 milhões de euros relativos ao incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial, destinado a apoiar a manutenção dos postos de trabalho nas empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida na sequência das medidas adotadas para contenção da pandemia e 30,7 milhões de euros no Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local) para apoiar micro e pequenas empresas da indústria e do turismo, para expansão e modernização da sua produção, contribuindo para reduzir a dependência do país face ao exterior. A estes apoios empresariais, acresciam ainda 17,0 milhões de euros de FSE para financiamento de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de escolas de ensino básico públicas inseridos em agregados familiares com baixos rendimentos e 509,2 mil euros para a realização de testes de diagnóstico COVID-19 pela Universidade de Coimbra e pela Universidade de Aveiro. Assim, no final de junho de 2022, o CENTRO 2020 totalizava 163,0 milhões de euros de fundo europeu aprovado em medidas de resposta à crise pandémica. Deste valor, estavam validados 72,0% e pagos aos beneficiários 76,8%.

A 30 de junho de 2022, o FEDER cofinanciava 82,8% dos incentivos aprovados no CENTRO 2020, correspondendo a um volume de fundo de 2,1 mil milhões de euros (114,9% da dotação programada). O FSE cofinanciava os restantes 17,2%, que se traduziam em 431,9 milhões de euros de fundo europeu (126,8% da dotação programada)<sup>36</sup>.

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no CENTRO 2020, por tipologia de fundo (30 de junho de 2022)



<sup>36</sup> Em setembro de 2020, foi aprovada uma nova reprogramação do PORTUGAL 2020 com o objetivo de redirecionar fundos da política de coesão para a resposta à crise desencadeada pela pandemia por COVID-19. No que respeita ao CENTRO 2020, a reprogramação não alterou a dotação global do programa, mas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores. A dotação de FEDER passou de 1.711,5 para 1.814,3 milhões de euros, enquanto a dotação de FSE passou de 443,5 para os atuais 340,7 milhões de euros (ou seja, 84,2% de FEDER e 15,8% de FSE).

As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (45,6 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) às medidas de apoio à manutenção dos postos de trabalho (69,3 milhões de euros), (ii) aos incentivos atribuídos ao emprego e empreendedorismo (67,4 milhões de euros), (iii) a programas doutorais (56,9 milhões de euros), (iv) a medidas que visam a redução do abandono escolar (51,0 milhões de euros), (v) a cursos técnicos superiores profissionais (40,3 milhões de euros), (vi) à contratação de recursos aos apoios humanos altamente qualificados por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (32,0 milhões de euros), (vii) aos apoios à Transição Digital da Educação (17,0 milhões de euros), (viii) a cursos de especialização tecnológica (10,0 milhões de euros), (ix) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (9,5 milhões de euros), (x) a ações de capacitação dos serviços da administração pública no âmbito do Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (9,5 milhões de euros), (xi) a intervenções integradas em territórios vulneráveis (8,8 milhões de euros), (xii) ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (5,2 milhões de euros), (xiii) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (xiv) a formação de empresários e trabalhadores de empresas (2,6 milhões de euros) e (xv) a formação de trabalhadores da Administração Local (1,9 milhões de euros).

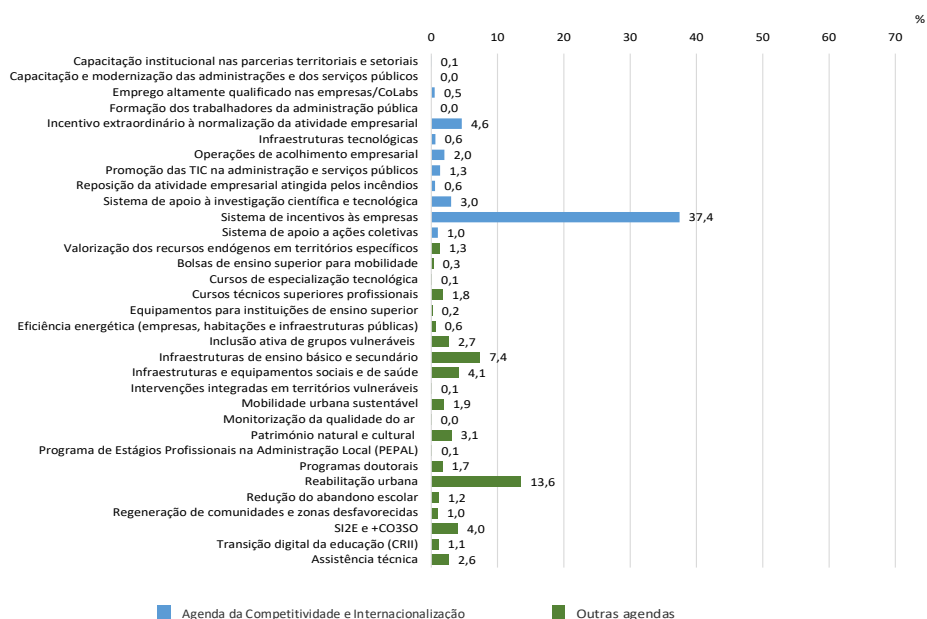
No final de junho de 2022, o programa operacional regional tinha 116,8% da sua dotação comprometida e estavam validados 1,5 mil milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 67,5%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução diminuiu 0,4 pontos percentuais (tendência que é expectável que se mantenha à medida que nos vamos aproximando do final deste período de programação financeira), situando-se nos 49,3 pontos percentuais. A taxa de realização do CENTRO 2020 aumentou para os 57,8% (face ao trimestre anterior, o fundo aprovado aumentou 66,9 milhões de euros e o fundo executado 76,1 milhões de euros, o que se refletiu num acréscimo de 1,5 pontos percentuais na taxa de realização).

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 1,5 mil milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (101,6%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 58,7%. O fundo europeu certificado à Comissão Europeia ascendia a 1,3 mil milhões de euros, correspondendo a 62,0% do fundo programado.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		junho 2022	março 2022	dezembro 2021	setembro 2021	junho 2021
<b>Execução financeira</b>						
<b>Despesa executada</b>						
Investimento (custo) elegível	milhares €	2.028.471	1.924.872	1.841.903	1.594.813	1.522.403
Fundo europeu	milhares €	1.454.112	1.378.036	1.317.310	1.137.231	1.085.149
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	1.477.616	1.418.015	1.361.617	1.200.327	1.135.945
Fundo europeu certificado à Comissão Europeia	milhares €	1.335.508	1.225.680	1.216.667	1.044.651	892.530
<b>Indicadores financeiros</b>						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	116,8	113,7	111,8	108,0	101,8
Taxa de execução (fundo executado / fundo programado)	%	67,5	63,9	61,1	52,8	50,4
Taxa de realização (fundo executado / fundo programado)	%	57,8	56,2	54,7	48,8	49,4
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	58,7	57,9	56,5	51,6	51,8
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo executado)	%	101,6	102,9	103,4	105,5	104,7
Taxa de certificação do fundo programado (fundo certificado / fundo programado)	%	62,0	56,9	56,5	48,5	41,4

Analisando a distribuição do fundo executado por tipologias, verificava-se que o sistema de incentivos às empresas detinha a maioria do fundo executado (37,4%), seguindo-se a reabilitação urbana (13,6%) e as infraestruturas de ensino (7,4%). Nestas tipologias, o peso do fundo executado era até superior ao peso do respetivo fundo aprovado. Quanto ao fundo financiador, existia também uma preponderância do FEDER no volume de execução (85,1%).

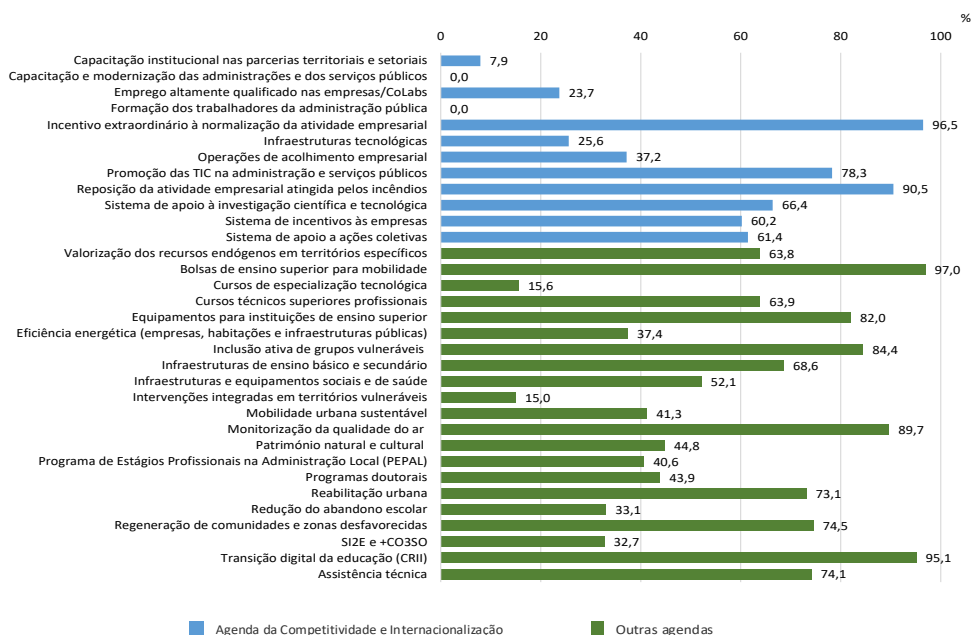
Distribuição do fundo europeu executado no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2022)



No entanto, considerando as taxas de realização, destacavam-se pelos elevados valores as bolsas de ensino superior para mobilidade (97,0%), o incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial (96,5%) e os apoios à transição digital da educação (95,1%).

As tipologias com os maiores volumes de fundo aprovado e executado apresentavam taxas de realização acima da média do programa operacional regional (de 57,8%): 60,2% no total do sistema de incentivos às empresas (mas com grande diferenciação entre as taxas de realização da inovação produtiva, 67,4%, de QI PME, 48,3%, de IDT, 38,2% ou dos instrumentos financeiros, 65,0%), 73,1% na reabilitação urbana e 68,6% nas infraestruturas educativas. Devido ao elevado volume de aprovações recentes nos apoios ao emprego e empreendedorismo, a respetiva taxa de realização situava-se nos 32,7%. A taxa de realização do FEDER ascendia a 59,3%, enquanto a do FSE se situava nos 50,3%.

Taxa de realização no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2022)



## Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego (Base 2021 e Base 2011 compatibilizada com a base 2021)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

## Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 2021, Base 2011 compatibilizada com a base 2021 e Base 1998)
- Inquérito ao Emprego - Módulo *ad hoc* "Trabalho a partir de casa"
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

## Desemprego Registado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

## Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias
- Rácios empréstimos vencidos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

## Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras



XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios

XVII – Material de transporte

## Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

## Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

## Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

## Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 25, n.º 26, n.º 27, n.º 28 e n.º 29
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2022 foi recolhida até ao dia 13 de setembro de 2022.

